



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Márcio Gonzalez Abrantes

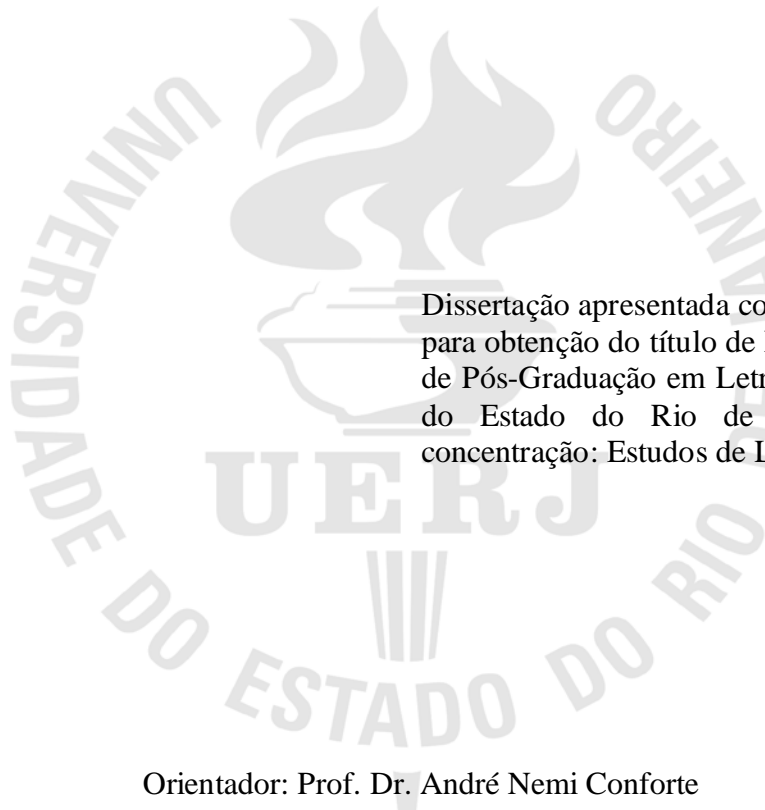
Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach: um estudo comparativo

Rio de Janeiro

2018

Márcio Gonzalez Abrantes

Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach: um estudo comparativo



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. André Nemi Conforte

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

A161 Abrantes, Márcio Gonzalez.
Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach: um estudo comparativo /
Márcio Gonzalez Abrantes. - 2018.
89 f.

Orientador: André Nemi Conforto.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Letras.

1. Gramática comparada e geral - Sintaxe – Teses. 2. Língua portuguesa
- Gramática – Teses. 3. Língua espanhola - Gramática – Teses. 4. Bechara,
Evanildo, 1928-. Moderna gramática portuguesa – Teses. 5. Alarcos Llorach,
Emilio. Gramática de la lengua española - Teses. I. Conforto, André, 1971-.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU [806.90:806.0]-56

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Márcio Gonzalez Abrantes

Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach: um estudo comparativo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 28 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Nemi Conforte (Orientador)
Instituto de Artes - UERJ

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo
Instituto de Artes - UERJ

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois somente com ele tudo é possível.

À minha mulher, Natasha Castor, pessoa mais importante da minha vida e minha fonte de inspiração.

Ao professor Evanildo Bechara, minha inspiração profissional e referência máxima nos estudos de Língua Portuguesa, por sua generosidade e contribuição com este trabalho.

Ao professor José Carlos de Azeredo, por seus ensinamentos inesquecíveis.

Ao professor Ricardo Cavaliere, por suas lições e contribuições valiosíssimas.

Ao professor André Conforte, meu orientador, pelo suporte deveras importante durante o mestrado.

Agradeço a todos os demais professores da UERJ, que, certamente, contribuíram muito para o meu desenvolvimento como pesquisador e docente.

À Faperj, pela bolsa de estudos, que possibilitou a realização deste trabalho.

Língua Portuguesa

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura.
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "meu filho!",
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

(Olavo Bilac)

Elogio de la lengua castellana

¡Oh, lengua de los cantares!
¡oh, lengua del Romancero!
te habló Teresa la mística,
te habla el hombre que yo quiero.

En ti he arrullado a mi hijo
e hice mis cartas de novia.
Y en ti canta el pueblo mío
el amor, la fe, el hastío,
el desengaño que agobia.

¡Lengua en que reza mi madre
y en la que dije: ¡Te quiero!
una noche americana
millonaria de luceros.

La más rica, la más bella,
la altanera, la bizarra,
la que acompaña mejor
las quejas de la guitarra.

¡La que amó el Manco glorioso
y amó Mariano de Larra!

Lengua castellana mía,
lengua de miel en el canto,
de viento recio en la ofensa,
de brisa suave en el llanto.

La de los gritos de guerra
más osados y más grandes,
¡la que es cantar en España
y vidalita en los Andes!

¡Lengua de toda mi raza,
habla de plata y cristal,
ardiente como una llama,
viva cual un manantial!

Juana de Ibarbourou

A leitura traz ao homem plenitude, o discurso segurança e a escrita precisão.

Francis Bacon

RESUMO

ABRANTES, Márcio Gonzalez. *Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach: um estudo comparativo*. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho compara a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a *Gramática de la lengua española*, de Emilio Alarcos Llorach, no campo da sintaxe, mais especificamente no período simples. Será feito um levantamento dos aspectos em que o autor espanhol contribuiu com o brasileiro em recente edição de sua gramática a fim de que se identifiquem os pontos nos quais Emilio Alarcos Llorach influenciou Evanildo Bechara. Outrossim, confrontar-se-ão as concepções linguísticas desses autores a partir da formação intelectual de Evanildo Bechara para a constituição de sua gramática e do panorama da teoria sintática de Emilio Alarcos Llorach. Ademais, serão cotejadas a “antiga” e a “nova” *Moderna Gramática Portuguesa*, através de distintas edições de tal obra, com o intuito de explicitar as mudanças de pensamento do autor ao longo dos tempos. O fito desta pesquisa, portanto, é revelar, sobretudo, a contribuição de Alarcos a Bechara e a importância de suas obras mais notórias e renomadas: *Gramática de la lengua española* e *Moderna Gramática Portuguesa*, respectivamente.

Palavras-chave: Sintaxe. Evanildo Bechara. Emilio Alarcos Llorach.

RESUMEN

ABRANTES, Márcio Gonzalez. *Evanildo Bechara y Emilio Alarcos Llorach: um estudio comparativo*. 2018. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabajo compara la *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, y la *Gramática de la lengua Española*, de Emilio Alarcos Llorach, en el campo de la sintaxis, más específicamente en el periodo simple. Será hecho un levantamiento de los aspectos en que el autor español contribuyó con el brasileño en reciente edición de su gramática para que se identifiquen los puntos en los cuales Emilio Alarcos Llorach influenció Evanildo Bechara. También, serán confrontados las concepciones lingüísticas de esos autores a partir de la formación intelectual de Evanildo Bechara para la constitución de su gramática e del panorama de la teoría sintáctica de Emilio Alarcos Llorach. Además, serán cotejadas la “antigua” e a “nueva” *Moderna Gramática Portuguesa*, a través de distintas ediciones de tal obra, con la meta de explicitar los cambios de pensamiento del autor a lo largo de los tiempos. El objetivo de esta investigación, por lo tanto, es revelar, sobre todo, la contribución de Alarcos a Bechara y la importancia de sus obras más notorias y renombradas: *Gramática de la lengua española* y *Moderna Gramática Portuguesa*, respectivamente.

Palavras-llave: Sintaxis. Evanildo Bechara. Emilio Alarcos Llorach.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AL	Emilio Alarcos Llarach
EB	Evanildo Bechara
MEC	Ministério da Educação
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
OD	Objeto Direto
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A SINTAXE EM MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA E GRAMÁTICA DE LA LENGUA ESPAÑOLA	16
2	OS TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO	22
2.1	O sujeito	22
2.2	O predicado	27
3	O OBJETO DIRETO	32
3.1	O objeto direto preposicionado	34
4	O OBJETO INDIRETO	36
5	PREDICATIVO, PARTICÍPIO E A CONSTRUÇÃO DA VOZ PASSIVA	45
6	OS DETERMINANTES CIRCUNSTANCIAIS OU ADVERBIAIS	48
7	O INFINITIVO E O GERÚNDIO COMO PREDICATIVO	52
8	EVANILDO BECHARA E SUA FORMAÇÃO INTELECTUAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE SUA GRAMÁTICA	55
9	A “ANTIGA” E A “NOVA” MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA .	60
10	PANORAMA DA TEORIA SINTÁTICA DE EMILIO ALARCOS LLORACH	69
	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE	82

INTRODUÇÃO

Evanildo Cavalcante Bechara (EB), professor, gramático e filólogo brasileiro, desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto La-Fayette, hoje UERJ, tornando-se Bacharel em 1948 e licenciado em 1949. Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que, na época, contava entre 81 e 82 anos. Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos. Aos dezessete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado *Fenômenos de Intonação*, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro *Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa* artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas. Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados. Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol. Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964. Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964. Foi professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de 1962 a 1992, e professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, de 1976 a 1994. Desde 1994 e 1998, respectivamente, é emérito da UERJ e da UFF. Além disso, é o quinto ocupante a Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho, e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sergio Corrêa da Costa.

Bechara é autor de várias obras renomadas, destacou-se em toda sua trajetória acadêmica pela visão diferenciada – sobretudo – em relação à Língua Portuguesa. Profundo conhecedor desta – e de outras mais –, fez com que os estudos sobre a nossa língua evoluíssem ao longo de seus mais de 70 anos de magistério. Sua amplitude linguística se deve também a influências de leituras em outras línguas como o espanhol, o francês e o italiano – três línguas neolatinas. O gramático deixa explícita em suas obras, através de agradecimentos, notas de rodapé, referências bibliográficas, etc., a relevância da contribuição de autores de demais línguas, especialmente as três acima citadas.

Outro professor, gramático e filólogo é Emilio Alarcos Llorach (AL). Ele era espanhol e contribuiu imensamente com seus estudos sobre a língua espanhola, levando à introdução e difusão na Espanha das teorias linguísticas do estruturalismo europeu.

Dotado de uma sólida e vigorosa formação, forjada na tradição da escola de Menéndez Pidal, Dámaso Alonso e seu próprio pai, Emilio Alarcos García Llorach, se doutorou em Filologia Românica, em 1947, com uma tese sobre *El libro de Alexandre* na Universidade Central. Alternou períodos de docência como catedrático de várias instituições, tais como: Avilés, Cabra e Logroño. Ministrou aulas também nas universidades suíças de Berna e da Basileia. Este período seria transcendental em sua formação científica, pois entrou em contato com as teorias linguísticas que impulsionaram a revolução estruturalista (Escolas de Genebra, de Praga e de Copenhague), teorias das que foi introdutor e pioneiro no âmbito hispânico. Em 1950, obteve a cátedra da Gramática Histórica de la Lengua Española da Universidade de Oviedo – instituição que o nomeou, em 1987, catedrático emérito. Em 1951, fundou, junto a José María Martínez Cachero, a revista *Archivum*. Alarcos foi também professor visitante nas universidades americanas de Wisconsin (1956-1957) e do Texas (1960-1961), e presidente da Sociedad Española de Lingüística e da Asociación de Historia de la Lengua Española.

Para Salvador Gutiérrez, doutor em Filologia Hispânica pela Universidade de Oviedo, Emilio Alarcos Llorach combinou em sua investigação a sólida formação como filólogo clássico com a precisão metodológica do estruturalismo. A obra científica de AL abrange uma ampla visão da teoria da linguagem. Pela renovação tecnológica que trouxe, sua capacidade de inovação, a amplitude de seu objeto de estudo e a difusão e o impacto de seus trabalhos, é considerado um dos melhores e mais influentes linguistas no âmbito hispânico.

Alarcos foi também um crítico literário com vasta formação e de fina sensibilidade. Descobriu poetas como Blas de Otero e Ángel González, cujos segredos revelou em publicações inesquecíveis. Ademais foi autor de páginas memoráveis acerca de escritores medievais, do Renascimento e da literatura contemporânea. A contribuição de AL ao conhecimento da língua espanhola como elemento de coesão social e ponto de reunião de uma extraordinária comunidade internacional cujos laços se fortalecem por meio de uma comunicação mais intensa permite a fraternidade linguística, além de sua trajetória docente e acadêmica.

O clímax dos estudos gramaticais de Llorach se deu com a publicação de sua *Gramática de la lengua española* (1994). Seria melhor observar o que o próprio autor diz sobre a obra:

Comencé a trabajar en el proyecto a principios de 1985. Mi propósito consistía en exponer los rasgos de la gramática del español que se descubren en los actos orales y escritos de los usuarios de la lengua en este siglo XX. Hoy día concurren normas cultas diversas en los vastos territorios donde se practica el español como lengua materna. Ya no es posible sostener, como un siglo atrás hacía Leopoldo Alas, que los peninsulares somos los amos del idioma; más bien, según propugnaba don Ramón Menéndez Pidal, debemos ser solo sus servidores. Se comprende y hasta se justifica que cada uno encuentre más eficaz y precisa la norma idiomática a cuya sombra ha nacido

y se ha formado: pero ello no implica rechazo o condena de otras normas tan respetables como la propia...

Si la sabiduría popular asegura que “cada maestrillo tiene su librillo”, en ningún dominio del conocimiento se revela ese adagio con más eficacia que en el de la gramática. No cabe mínimo acuerdo teórico entre gramáticos, y por algo fueron equiparados con los fariseos hace dos mil años. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 17-19).

Voltando a falar sobre o filólogo brasileiro, em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (37. ed, 1999), Bechara escreve o seguinte:

Estivemos também atentos à produção de textos gramaticais destinados a outras línguas, especialmente às românicas, e aí vale ressaltar o contributo dos espanhóis, dos franceses e dos italianos. Desejamos sintetizar nossa homenagem a esses colegas na figura excelsa de Emílio Alarcos Llorach, recentemente falecido. (BECHARA, 1999, p. 20).

O estudo comparativo proposto entre a *Moderna Gramática Portuguesa* e a *Gramática de la lengua española* será efetuado no campo da sintaxe, confrontando estruturas pertencentes ao período simples. As razões pelas quais as obras foram selecionadas para que sejam a base da pesquisa são inúmeras, além do já exposto acerca dos dois professores; no entanto, vamos somente evidenciar neste momento que as obras são assaz abrangentes – sobretudo no campo sintático – e que ambas as gramáticas contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil e na Espanha.

Ademais dessas notáveis obras apontadas, logicamente outras mais, escritas por Bechara e Llorach, integrarão nossos estudos comparativos no campo da sintaxe dessas duas línguas ibéricas como: *Lições de Português pela análise sintática*, *Estudios de gramática funcional del español*, *Gramática estructural*, entre outras. Juntamente às várias produções desses dois escritores, outros gramáticos, filólogos e linguistas colaborarão enormemente conosco para tornar ainda mais completo nosso estudo.

É importante salientar que, além da comparação entre a *Moderna Gramática Portuguesa* e a *Gramática de la lengua española*, investigar-se-ão possíveis influências de Alarcos Llorach na obra de Evanildo Bechara. O filólogo brasileiro menciona, na bibliografia de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, vários autores espanhóis, evidenciando que desfrutou

de diversos estudos já realizados sobre a língua de Juan Ramón Jiménez. Iremos pesquisar, por exemplo, nos artigos, nas notas de rodapé, nas referências bibliográficas desses autores, pistas que nos ajudem a confirmar que determinada(s) teoria(s) desenvolvida(s) por Bechara teve/tiveram, na sua construção, influência de Llorach. Sabemos que, em alguns casos, se não for possível comprovar tais contribuições de AL – em língua espanhola – a EB – em língua portuguesa –, tratá-las-emos como coincidências, e serão analisadas de tal forma em nossa pesquisa.

Acreditamos que nada melhor do que ter como referências duas obras tão ricas – *Moderna Gramática Portuguesa* e *Gramática de la lengua española* – de dois dos maiores nomes da gramaticologia / filologia do português e do espanhol. Bechara sempre teve uma preocupação enorme com a língua portuguesa. Em uma entrevista, perguntaram ao gramático como ele avaliaria a orientação do MEC, que diz que o papel da escola não era só ensinar a forma culta da língua, mas também o de combater o preconceito contra os alunos que falam “errado”. O professor respondeu da seguinte maneira:

Ninguém vai para a escola para viver na mesmice. Eu chamaria de mesmice idiomática. O aluno vai para a escola, mas acaba saindo dela com a mesma língua com a qual entrou. Portanto, perdeu seu tempo. Na verdade, sempre se vai para a escola para se ascender numa posição melhor. A própria palavra educar, que é formada pelo prefixo latino educ, quer dizer conduzir. Então, o papel da educação é justamente tirar a pessoa do ambiente estreito em que vive para alcançar uma situação melhor na sociedade. Essa ascensão social não vai exigir só um novo padrão de língua, vai exigir também um novo padrão de comportamento social. Essa mudança não é só na língua. Portanto, não é um problema de preconceito. E, para esses livros, parece que o preconceito é uma atitude de mão única. Mas o preconceito não é só da classe culta para a classe inculta, mas também da classe inculta para a classe culta. (BECHARA, 2011).

Evanildo Bechara revela toda sua preocupação com o ensino de gramática. Em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, Evanildo Bechara, com propriedade, fala sobre a *gramática normativa*:

Cabe à *gramática normativa*, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos. (BECHARA, 1999, p. 52).

Emilio Alarcos Llorach igualmente tinha uma grande preocupação com a questão do ensino e da norma. Vejamos um trecho do prólogo de sua *Gramática de la lengua española*:

La necesidad de contar con una gramática académica indujo a la Comisión Administrativa, en 1981, a confiar a un solo académico el encargo de transformar el Esbozo en texto definitivo. Previamente me había propuesto su redacción el entonces director don Dámaso Alonso. Tardé años en aceptar el compromiso, solo después de haberme asegurado de tener libertad en mi cometido y de no estar obligado a la mera refundición del Esbozo. Convencido de que la gramática debía ajustarse a los conocimientos lingüísticos contemporáneos, me negaba, empero, a que el texto se convirtiera en tratado teórico en detrimento de las exigencias didácticas y normativas. Dámaso Alonso se mostró de acuerdo con estos puntos de vista. (ALARCOS LLORACH, 1994, p.17).

Falar de autoria de gramática é falar de ideias linguísticas, de questões da língua, da produção de um conhecimento sobre ela e, principalmente, da produção de instrumentos tecnológicos (AUROUX, 1992) ligados a ela (a gramática e o dicionário), além de sua relação com a história do povo que a fala. A importância das nomenclaturas é ressaltada por Llorach em sua gramática. Com isso, observemos o que diz o espanhol de Salamanca em mais um trecho de seu prólogo:

Pero los hechos (en nuestro caso, los datos gramaticales) son como son y no los afecta el nombre con que los reconozcamos. Que juzguemos, por ejemplo, incorrecto decir o escribir este área (en vez de esta área) no depende de que este y esta se designen como «pronombres» o «adjetivos», como «determinantes», «demostrativos» o «deícticos»: en todo caso, eso está mal dicho. Una gramática es, pues, normativa con independencia de que sus normas queden envueltas por fuerza en este o aquel excipiente metalingüístico. Ya no sería gramática el resultado de reducir la exposición de los hechos a un seco repertorio de usos correctos e incorrectos, sin dar ninguna explicación, como el viejísimo Appendix Probi. Y ya sabemos los hablantes neolatinos el brillante éxito práctico de los esfuerzos normativos del Pseudoprobo: casi todo lo que condenaba ha triunfado en los romances. Conviene así que el normativismo se forre de escéptica cautela. En el orden jerárquico interno de la gramática, primero viene la descripción de los hechos; de su peso y medida se desprenderá la norma, siempre provisional y a merced del uso. Siendo imposible la descripción sin ayuda de una nomenclatura, se ha preferido utilizar vocabulario poco técnico cuando no hay riesgo de imprecisión, aceptando las acuñaciones tradicionales inequívocas, y solo por excepción se recurre a términos nuevos, que de todas maneras no ofrecerán dificultad a cualquier bachiller, avezado ya a los enrevesados textos de EGB y BUP hasta ahora vigentes. Por lo demás, nadie que no haya pasado por esas horcas caudinas de la enseñanza obligatoria tendrá la rara ocurrencia de consultar una gramática: ningún hablante ingenuo, consciente de hablar y de entenderse con los vecinos, se plantea nunca semejantes dudas. (ALARCOS LLORACH, 1994, p.17).

1 A SINTAXE EM MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA E GRAMÁTICA DE LA LENGUA ESPAÑOLA

A sintaxe da Língua Portuguesa foi o ponto de partida para a escolha do tema de nossa pesquisa. Azeredo define sintaxe da seguinte maneira:

(...) é a parte desse sistema que permite criar e interpretar frases. A sintaxe do português, por exemplo, compreende as regras que tanto tornam possíveis enunciados banais como ‘Hoje é domingo’, ou excêntricos, como ‘Napoleão temia que as tartarugas desovassem no seu imponente chapéu’, quanto impedem sequências como ‘Que dia serem hoje?’ ou ‘Seu imponente temia as que chapéu desovassem Napoleão tartarugas no’. (AZEREDO, 2007, p. 10).

Henriques (2011), quando trata da estrutura da oração, disserta sobre a importância da análise sintática. Observemos o que diz o professor:

A análise sintática é a análise das relações. Na estrutura da oração, estudamos as relações que as palavras mantêm entre si na frase. Essas relações são binárias: sujeito & verbo; verbo & complemento; núcleo & adjunto... A tradicional prática de exercícios voltados para o reconhecimento da função sintática de um termo nem sempre garante o real objetivo de sua aplicação. Não se pode dizer qual é a função sintática de um termo se não se encontrar o outro termo com o qual ele se relaciona. Ou seja, não se pode reconhecer que existe um objeto direto sem apresentar a “prova” (o verbo transitivo direto); não se pode afirmar que determinado termo é o agente da passiva sem que seu “parceiro” sintático seja revelado (o verbo da voz passiva). E assim sucessivamente com todos os termos da oração, pois cada um deles só tem a classificação que tem porque possui uma relação com outro termo – e cada uma dessas relações é única, e por isso são dez os termos da oração (onze, se contarmos com o vocativo). (HENRIQUES, 2011, p. 15-16).

Como deixou claro Henriques (2011), a sintaxe estuda as relações que são estabelecidas entre os termos que compõem a oração. E essas são analisadas não somente pelo ponto de vista sintático, mas também semântico.

A oração é o objeto crucial para o estudo da sintaxe, e o verbo, a base dela. Gili Gaya aborda a questão da oração gramatical com propriedade. Eis o que comenta o estudioso:

El significado de las palabras y su valor funcional sólo adquieren plenitud de vida dentro del conjunto de que forman parte. Los conjuntos expresivos, llamados tradicionalmente oraciones, son las verdaderas unidades lingüísticas. Por eso tiene profundo sentido la antigua denominación de partes de la oración, aplicada a las distintas clases de palabras. Es de suma importancia, por lo tanto, tratar de delimitar el concepto de oración, morándolo desde los puntos de vista psicológico, lógico y gramatical. (GILI GAYA, 1978, p. 17).

Bechara diz que o melhor é realizar o estudo desta parte da gramática junto à morfologia, ou seja, estudando o que se chama de morfossintaxe. Vejamos o que diz o gramático em sua *Moderna Gramática Portuguesa*:

A parte central da gramática pura é a morfossintaxe, também com menos rigor estudada como dois domínios relativamente autônomos: a morfologia (estudo da palavra e suas “formas”) e a sintaxe (estudo das combinações materiais ou funções sintáticas). Ocorre que, a rigor, tudo na língua se refere sempre a combinações de “formas”, ainda que seja combinação com zero ou ausência de “forma”; assim, toda essa pura gramática é na realidade sintaxe, já que a própria oração não deixa de ser uma “forma”(na lição tradicional, ela não pertence ao domínio da morfologia). Melhor seria se adotássemos a proposta de Eugenio Coseriu que já estava presente numa lição de Gabelentz; a gramática se comporia de três seções: a) “constitucional” (que descreveria a configuração material da “forma” gramatical, abrangendo por forma também o grupo de palavras, a oração e o período); b) “funcional” (que investiga as funções dos diferentes estratos de estruturação gramatical, comprovando os paradigmas que funcionam em cada estrato); c) “relacional” (que estuda as relações entre os diferentes paradigmas pelos quais se expressam funções designativas análogas (BECHARA, 1999, p. 262-263).

José Carlos Azeredo, em *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, faz a pertinente colocação:

A unidade léxico-gramatical que chamamos de 'palavra' é o fundamento da distinção tradicional entre morfologia – que analisa e explica a 'transparência' (relação motivada entre forma e sentido) das palavras; e a sintaxe, que analisa e explica a 'transparência' (relação motivada entre forma e sentido) das orações. A palavra é o limite entre esses dois domínios: a morfologia vai até ela, a sintaxe começa nela e termina na oração. (AZEREDO, 2008, p. 155).

Samuel Gili Gaya, em *Curso superior de Sintaxis Española*, faz a associação entre morfologia e sintaxe, sem mencionar a primeira, porém nos mostra com clareza em toda sua obra e, resumidamente, no trecho a seguir que a sintaxe é singular e dá vida às palavras: “El significado de las palabras y su valor funcional sólo adquieren plenitud de vida dentro del conjunto de que forman parte. Los conjuntos expresivos, llamados tradicionalmente *oraciones*, son las verdaderas unidades lingüísticas.” (GILI GAYA, 1970, p. 165)

Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, realiza, por exemplo, a descrição do enunciado em face das relações predicativas que se estabelecem na estrutura relacional da frase. Dessa maneira, alguns problemas de que a antiga ordem gramatical não dava conta, como a relação predicativa com complementos adverbiais – para alguns, simples termos acessórios; para outros, termos integrantes – tornam-se claros sob o princípio de que todo termo da estrutura sintagmática oracional mantém relação predicativa com o verbo, atuando como argumento dessa predicação.

Daremos início a este estudo comparativo entre a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a *Gramática de la lengua española*, de Emilio Alarcos Llorach, no campo da sintaxe, apresentando como os dois autores realizam a divisão em tópicos gramaticais. Em relação à *Moderna Gramática Portuguesa*, na seção *Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase*, Bechara faz a seguinte subdivisão: 1) *A oração: funções oracionais*, 2) *Orações complexas e grupos oracionais: A subordinação e a coordenação. A justaposição*, 3) *As chamadas orações reduzidas*, 4) *As frases: enunciados sem núcleo verbal*, 5) *Concordância*, 6) *Regência* e 7) *Colocação*. Já em *Gramática de la lengua española*, Llorach divide do seguinte modo a seção *Estructura de los enunciados: oraciones y frases* desta maneira: XIX. *Enunciado y oración: funciones oracionales*, XX. *Núcleos complejos o perífrasis verbales*, XXI. *El sujeto explícito*, XXII. *El objeto directo*, XXIII. *El objeto preposicional*, XXIV. *El objeto indirecto*, XXV. *Adyacentes circunstanciales*, XXVI. *Atributos o adyacentes atributivos*, XXVII. *Grupos oracionales*, XXVIII. *Oraciones complejas (I. Transpuestas sustantivas)*, XXIX. *Oraciones complejas (II. Transpuestas adjetivas)*, XXX. *Oraciones complejas (III. Comparativas)*, XXXI. *Oraciones complejas (IV. Consecutivas)*, XXXII. *Oraciones complejas (V. Adverbiales propias)*, XXXIII. *Oraciones complejas (VI. Causales y finales)*, XXXIV. *Oraciones complejas (VII. Concesivas y condicionales)* e XXXV. *Las frases: enunciados sin núcleo verbal*. É a partir dessas seções que vamos iniciar o estudo comparativo no campo sintático dessas duas obras: uma da língua portuguesa e outra da língua espanhola. Nosso foco será o período simples, pois é nele em que se nota a maior influência de Llorach sobre Bechara.

Iniciemos nossa comparação entre as duas gramáticas no campo da sintaxe pela *Moderna Gramática Portuguesa*. O primeiro tópico abordado por EB, na seção *Estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase.*, é *A oração: funções oracionais*. O gramático inicia sua exposição sintática realizando uma definição acerca de enunciado e período. Fá-lo da seguinte maneira:

Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial: *O galo-da-campina ergue a poupa escarlate fora do ninho*.

A esta unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e depreendida cabalmente pelo nosso interlocutor se dá o nome de enunciado ou período. (BECHARA, 1999, p. 406).

É deveras interessante observar como Bechara dá atenção à concepção de enunciado ou período antes de estabelecer aquela diferenciação entre frase e oração, tão comum entre vários gramáticos. É importantíssimo que qualquer pessoa, em seus estudos acerca da língua portuguesa, reflita sobre essa ideia: que cada enunciado é pronunciado com uma melodia específica e que os sinais de pontuação marcam não somente o término dele, mas também que são inseridos segundo a intenção comunicativa do falante.

EB lista uma série de enunciados distintos para ilustrar a pluralidade de nossa língua. Posteriormente, Bechara já faz a primeira referência a Emilio Alarcos Llorach (na seção referente à sintaxe) no seguinte trecho:

Apesar de tão variadas formas por que se apresentam os enunciados, há traços comuns que devem ser ressaltados [AL.1, 256]:

- a) são mensagens completas e de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte;
- b) são unidades sequenciais delimitadas por um silêncio precedente a ele e uma pausa final;
- c) são proferidos com um contorno melódico particular. (BECHARA, 1999, p. 406-407).

É, exatamente, a curva de entoação que demonstra a intenção comunicativa dos enunciados criados pelo falante a seu interlocutor. O período pode expor, afirmar, negar, indagar, apelar ou, até mesmo, traduzir ao receptor da mensagem os pontos de vista de seu emissor.

Evanildo Bechara afirma que, em relação à significação fundamental do enunciado, existem cinco tipos deles:

(...) declarativo ou enunciativo, interrogativo, imperativo-exortativo, vocativo e exclamativo, dos quais o primeiro corresponde à função representativa – informativa da linguagem, os três seguintes à função apelativa e o último à função expressiva [HC.1, s. v. Frase]. (BECHARA, 1999, p. 407).

Em seguida, EB começa a tratar dos conceitos de frase e oração. O primeiro refere-se a enunciados que possuem sentido pleno; já o segundo, àqueles que, em sua composição, apresentam verbo. O gramático afirma que a oração é o objeto mais favorável à análise gramatical, visto que explicita vínculos que seus integrantes conservam entre si. Ademais, EB faz a seguinte colocação: “É neste tipo de enunciado chamado oração que se alicerça,

portanto, a gramática, e será especificamente dela que trataremos a seguir”. (BECHARA, 1999, p. 407)

Neste momento, chegou a vez de *Gramática de la lengua española*, de Emilio Alarcos Llorach. O gramático espanhol começa a tratar de sintaxe na seção *Estructura de los enunciados: oraciones y frases*. O primeiro capítulo desta parte é o XIX: *Enunciado y oración: funciones oracionales*. Nele, AL aborda os conceitos de enunciado e oração. Observemos a definição que o espanhol oferece em sua gramática sobre *enunciado*:

En los capítulos precedentes se han empleado los términos de enunciado y oración como marcos en donde funcionaban las diferentes clases de palabras examinadas. Ahora hay que precisar lo que debe entenderse con ellos. La secuencia de signos proferida por un hablante (manifestada por una combinación de fonemas sucesivos) queda delimitada entre el silencio previo a la elocución y el que sigue a su cese, y va acompañada por un determinado contorno melódico o curva de entonación. El signo (o el conjunto de signos) que emite el hablante, y ha de captar el oyente, consiste en un mensaje con sentido cabal y concreto dentro de la situación en que se produce. Se llama enunciado a esta unidad mínima de comunicación. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 255).

É visível a similaridade de sua definição e a de Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa* – supracitada nesta dissertação. Llorach afirma que todos os enunciados são mensagens completas e inequívocas em uma dada situação; são sequências de fonemas marcadas entre o silêncio precedente e a pausa final; se modulam com um particular contorno melódico.

É exatamente a curva de entonação o significativo que demonstra a modalidade do enunciado. O falante, de acordo com suas intenções comunicativas, direcionará seu discurso, de modo que poderá afirmar, negar, perguntar, ordenar, solicitar ou exclamar algo, por exemplo.

Em seguida, AL inicia sua abordagem sobre o enunciado que é considerado a base para o estudo da sintaxe – como disse Bechara –, a oração. O gramático espanhol diz que um de seus componentes é o verbo (ou sintagma verbal) e que este contém duas unidades significativas: sujeito e predicado. Llorach, todavia, reforça que o único elemento indispensável à oração é, de fato, o verbo. Eis o que diz o autor:

Entre los enunciados existe un tipo especial conocido con el término de oración. Uno de sus componentes, la palabra que se llama verbo (o sintagma verbal), contiene dos unidades significativas entre las cuales se establece la relación predicativa: el sujeto y el predicado, que se entienden tradicionalmente como «aquello de que se dice algo» el primero, y el segundo «lo que se dice del

sujeto»». Cotejemos las siguientes oraciones, aplicables todas a una misma situación y posibles respuestas a una misma pregunta como «.que hace el niño? »»:
El niño escribe en su cuarto una carta a su amigo.
El niño escribe una carta a su amigo.
El niño escribe una carta.
El niño escribe.
Escribe. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 256).

Posteriormente, Llorach trata do núcleo da oração – o verbo – e de seus termos adjacentes. Assim como Bechara, o gramático espanhol, em *Gramática de la lengua española*, trata do sujeito gramatical, isto é, aquele designado pela terminação verbal.

Junto ao tópico referente ao núcleo verbal, há os termos adjacentes, que servem para especificar com mais precisão a referência à realidade que efetua o verbo. Tais termos irão desempenhar uma série de funções sintáticas listadas e explicadas por AL em sua obra mais adiante.

2 OS TERMOS ESSENCIAIS DA ORAÇÃO

Bechara inicia este tópico afirmando que o sintagma verbal (ou oração) normalmente é integrado por dois termos: sujeito e predicado – os chamados essenciais. O autor declara que tanto sujeito quanto predicado exercem funções sintático-semânticas. No entanto, o único constituinte inerente ao enunciado classificado como oracional é o verbo. Este faz parte do predicado; logo, poderíamos afirmar que o sujeito, de fato, não seria tão essencial como fora proposto pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. Algo que pode corroborar tal afirmação é a existência de orações sem sujeito em língua portuguesa. Além disso, os verbos que não apresentam argumento externo, isto é, o sujeito, são denominados impessoais. EB fala a respeito da relação predicativa referida e não referida a um sujeito. No primeiro caso, tem-se o sujeito que poderia ser classificado como simples, composto, desinencial ou indeterminado; já no segundo caso, apenas há o sujeito gramatical, uma vez que os verbos impessoais encontram-se na 3ª pessoa do singular. Bechara ainda adiciona: “A chamada 3.ª pessoa é a não pessoa, é a não eu nem meu interlocutor, e assim é a forma utilizada para indicar a relação predicativa não referida, isto é, as orações sem sujeito explícito”. (BECHARA, 1999, p. 408).

2.1 O sujeito

EB define sujeito da seguinte forma: “Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração”. (BECHARA, 1999, p. 409).

EB deixa clara, em sua gramática, a diferença entre sujeito gramatical e sua representação léxica. Esta se dá quando o falante deseja explicitar o sujeito, necessidade que, normalmente, nós temos para deixar claro quem é o termo sobre o qual se declara algo. Além disso, o gramático afirma que seria equivocado classificar o sujeito como elíptico quando este não está expresso na oração, visto que ele se apresenta sempre presente na forma verbal flexionada no morfema que representa o sujeito gramatical.

Bechara, posteriormente, aborda as noções de sujeito agente e paciente. Sabe-se que o sujeito pode praticar, sofrer ou, até mesmo, praticar e sofrer concomitantemente a ação verbal.

O filólogo afirma, pertinentemente, que sujeito é uma noção gramatical, e, não, semântica. Isso deixa evidente a intenção de EB em diferenciar sintaxe e semântica, algo que o gramático sempre sinaliza em suas obras e aulas.

Em seguida, EB trata, especificamente, da representação do sujeito, quando este é explícito na oração. O gramático diz que tal termo essencial só pode ser representado por uma expressão substantiva exercida por um substantivo ou pronome ou equivalente.

Ademais, faz a seguinte colocação: Uma palavra não é substantivo porque pode exercer a função de sujeito; ao contrário, só pode ser sujeito porque é um substantivo ou equivalente. (BECHARA, 1999, p. 410).

É mister que o sujeito explícito (simples ou composto) concorde em número, pessoa e gênero com o sujeito gramatical do sintagma verbal. Além disso, normalmente, o sujeito encontra-se à esquerda do predicado, posição em enunciado de ordem direta (sujeito – verbo – complemento, por exemplo). Em relação ao núcleo do sujeito (ou de qualquer função que tenha por núcleo uma expressão substantiva), este pode vir acompanhado de alguns termos, os chamados determinantes, que possuem a função de somente determinar o núcleo ou de modificá-lo. Os determinantes estão, em geral, representados pelas seguintes classes de palavras: adjetivo, artigo e pronome demonstrativo ou equivalentes de adjetivos. (BECHARA, 1999, p. 411) EB faz uso das seguintes terminologias para tratar de tais termos justapostos ao núcleo substantivo: *determinantes*, *pré-determinantes* e *pós-determinantes*.

Os pré-determinantes e os pós-determinantes podem surgir quando o núcleo substantivo do sujeito explícito estiver acompanhado de mais de um termo determinante. Os primeiros estão à esquerda do determinante e são representados pelos chamados *quantificadores*: algum, certo, vários, todo, todos, qualquer, alguns (de), vários (de), etc. Eis dois exemplos escolhidos por EB em sua *Moderna Gramática Portuguesa: Alguns bons momentos são inesquecíveis. / Todos os alunos saíram*. Neles, as palavras *alguns* e *todos* atuam como pré-determinantes. Já os segundos localizam-se à direita dos determinantes e dos pré-determinantes e são exercidos por pronomes possessivos e numerais. Observemos outros dois exemplos escolhidos por Bechara a fim de revelar como pode aparecer este tipo de determinante: *Vários de meus sobrinhos são engenheiros. / Aqueles dois seus vizinhos trabalham no comércio*. Desta vez, as palavras *meus*, *dois* e *seus* funcionam como pós-determinantes. (BECHARA, 1999, p. 411).

Subsequentemente, EB traz as seguintes terminologias: *termos nucleares e marginais*. Os primeiros seriam aqueles que, de acordo com o gramático, do ponto de vista sintático-semântico, estão estreitamente referidos à relação predicativa. Em contrapartida, os segundos

apresentam independência sintática e semântica que lhes permite deslocarem-se livremente nos limites da oração. Observemos os exemplos escolhidos pelo professor para aclarar essas definições:

Certamente, Graciliano viveu experiências amargas durante sua vida.
 Graciliano, certamente, viveu experiências amargas, durante sua vida.
 Graciliano viveu, certamente, experiências amargas durante a sua vida.
 Graciliano viveu experiências amargas, certamente, durante a sua vida.
 Graciliano viveu experiências amargas durante a sua vida, certamente. (BECHARA, 1999, p. 412).

É possível analisar com facilidade que o advérbio “certamente” possui o poder de deslocar-se a várias posições como logramos ver nos enunciados supracitados. É exatamente este termo que será classificado como *marginal*, visto que não possui, de fato, uma relação sintático-semântica com o sujeito ou com o predicado, mas, sim, com a oração inteira. Entretanto, os termos “experiências amargas” e “durante a sua vida” estão profundamente ligados à forma verbal “viveu”.

A posteriori, EB segue discorrendo sobre termos da oração, contudo, desta vez, aborda os *termos argumentais e não argumentais*. Tais nomenclaturas podem ser comparadas, grosso modo, ao que a NGB chama de termos integrantes e acessórios. Estes poderiam ser retirados da oração em que se encontram sem que se prejudique a estrutura formal da mesma; aqueles, inerentes à relação predicativa, uma vez que são solicitados pelo verbo da oração. Bechara utiliza um exemplo do tópico anterior – com exceção do advérbio e termo marginal “certamente” – para explicar a diferença entre esses termos. Em “Graciliano viveu experiências amargas durante sua vida”, o sintagma verbal “viveu” solicita a presença de um argumento interno (objeto direto), isto é, aquele que está dentro do predicado, portanto pode-se dizer que tal termo é obrigatório ou *argumental*, já que integra a significação do verbo em questão. Todavia o termo “durante sua vida” seria, de certa forma, dispensável ou acessório neste enunciado, ou seja, não argumental. Ele não está mantido pelas relações sintáticas e semânticas do verbo da oração. Além disso, apresenta um poder de deslocamento marcado com pausa adequada, coesão fraca e independência sintático-semântica em relação ao predicado. EB encerra esta parte tecendo um importante comentário acerca da classificação de um mesmo termo – no caso, um locativo – que pode ser classificado como argumental ou não argumental. Vejamos o trecho em que o autor nos elucida tal questão:

É oportuno lembrar também que um termo argumental o é por motivação das características sintáticas e semânticas da relação predicativa, e não apenas pelo

conteúdo designado. Assim, uma noção de lugar como no Brasil pode funcionar como argumental ou complemento na oração (1), e como não argumental na oração (2):

(1) Ele mora no Brasil.

(2) Ele trabalha no Brasil.

Na oração (1), em condições normais, não se pode prescindir de *no Brasil*:

* Ele mora.

Já na oração (2), o apagamento de *no Brasil* é perfeitamente normal:

Ele trabalha. (BECHARA, 1999, p. 413).

No quarto tópico desta seção, abordam-se os seguintes termos: opcionais e não opcionais. EB vai direto ao ponto e alerta que não se deve confundir termo argumental e não argumental com termo não opcional e opcional, respectivamente. O gramático afirma que, em muitas situações, conservado pelas características sintáticas e semânticas de regência do termo regente, um termo considerado argumental pode ser omitido da oração pelo falante. Isso aconteceria se o termo já tivesse sido mencionado anteriormente pelo emissor (em um texto escrito, é uma excelente estratégia de coesão, já que, com ela, evita-se a repetição de um ou mais itens lexicais), ou caso, devido ao conhecimento de mundo que possuímos, a nossa experiência também facilmente compreenda aquilo de que estamos falando. Finalmente, EB declara que, de acordo com nosso conhecimento de mundo, temos a possibilidade de realizar o “emprego absoluto” de verbos sem que estejam acompanhados de seus complementos. O filólogo nos oferece exemplos que demonstram que não há necessidade alguma de inserirmos os argumentos referentes aos termos regentes que estão inseridos nestes enunciados: “Hoje não escrevi [sabe-se que se trata de um texto qualquer]” e “Enchi o copo [sabe-se que se trata de um líquido, água, suco, etc.]” (BECHARA, 1999). Não se permite, porém, realizar tais apagamentos se for uma declaração que se opõe à nossa experiência: “Enchi o copo de areia.” (BECHARA, 1999, p. 413).

Por fim, o quinto e último tópico desta parte inicial referente ao tratamento da sintaxe na *Moderna Gramática Portuguesa* trata dos termos integráveis e não integráveis. O primeiro grupo se refere às funções sintáticas que podem ser comutadas por pronome pessoal átono – o clítico. EB explana que são integráveis os complementos direto e indireto. Eis os exemplos selecionados pelo gramático para corroborar sua afirmação:

Li o livro – Li-o.

Viu as crianças – Viu-as.

Dei o livro a Pedro – Dei-lhe o livro.

Escreveram carta aos primos – Escreveram-lhes cartas. (BECHARA, 1999, p. 414).

Bechara, todavia, adverte que termos argumentais podem não ser integráveis. Isso sucede com o complemento relativo. Em contrapartida, termos não argumentais podem ser integráveis, conforme acontece com o chamado dativo de interesse. Trataremos desses termos mais adiante, uma vez que estamos seguindo uma ordem linear, consoante à que está estabelecida na *Moderna Gramática Portuguesa*.

Llorach, em sua *Gramática de la lengua española*, começa a tratar do termo essencial da oração denominado *sujeito* no tópico *La oración* (2007, p. 256), conforme já fora mencionado neste trabalho. Em seguida, no tópico *Núcleo y términos adyacentes* (2007, p. 257), o filólogo espanhol reafirma que o verbo – núcleo oracional – possui dois signos: um de referência léxica e outro de valor gramatical. Este segundo é, de fato, o sujeito da oração – o sujeito gramatical.

Ainda neste tópico, AL lista várias classes de termos adjacentes. A primeira delas refere-se exatamente ao sujeito léxico, que é pormenorizado em um capítulo dedicado a ele. As outras cinco classes enumeradas por Llorach são: *objeto directo*, *objeto preposicional*, *objeto indirecto*, *atributo* e *adyacente circunstancial*. (p. 257-258)

No capítulo XXI de sua gramática, AL trata especificamente do *sujeito explícito*. O professor espanhol inicia esta seção lembrando que, no momento em que o sujeito gramatical expresso pelo morfema de pessoa (desinência número-pessoal) não faz uma referência inequívoca na situação comunicativa, agrega-se um termo chamado adjacente, isto é, aquele que ocupará a posição do sujeito – o sujeito léxico ou explícito. Vejamos, então, o que nos ensina AL:

Así, al decir Escribió, proferimos una oración, pues en esa forma verbal hay un sujeto gramatical (tercera persona del singular) del cual se predica la noción «escribir» significada por el signo léxico. Cuando interesa precisar la alusión real de esa tercera persona, se añade un sustantivo (o unidad equivalente) que funciona como sujeto explícito, diciendo El niño escribió, El maestro escribió, La secretaria escribió, etc. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 266).

O locutor, portanto, só irá explicitar o sujeito na oração se, de fato, for necessário ou se for lhe for interessante precisá-lo. AL ainda comenta a questão da concordância que deve haver entre o sujeito gramatical e o léxico. É a partir disso que o gramático enumera uma série de casos em que não há esta concordância. (BECHARA, 1999, p. 266) Não é nosso objetivo, todavia, enumerá-los nesta dissertação.

AL, assim como EB, expõe de modo mais superficial algumas funções sintáticas para que depois possa aprofundá-las em sua gramática. A diferença é que o espanhol o faz a partir

da utilização da nomenclatura *términos adjacentes*, já o brasileiro usa *termos determinantes; termos nucleares e marginais; termos argumentais; opcionais; e integráveis*.

2.2 O predicado

O predicado pode ser definido como tudo aquilo que se diz sobre o sujeito. De fato, este seria o verdadeiro e único termo essencial da oração, uma vez que a existência desta só é possível pela presença de um verbo – nocional ou de ligação. Já vimos que, em língua portuguesa, há orações que não apresentam sujeito, isto é, o processo verbal não é praticado nem sofrido por alguém ou por alguma coisa. A tradição diz que o predicado pode ser nominal, verbal ou verbo-nominal. O primeiro tipo apresenta como núcleo um nome – o predicativo do sujeito. Pode-se dizer, então, que, neste tipo de predicado, o verbo relacional, ainda que seja imprescindível, não seria o termo principal, se trabalharmos com a concepção de núcleo. Já o segundo tipo tem como núcleo um verbo nocional – intransitivo ou transitivo. Por fim, o terceiro tipo traz dois núcleos: um verbal e um nominal. Este seria representado por um predicativo (do sujeito ou do objeto); aquele, por um verbo nocional.

Evanildo Bechara diz, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, que o predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo (BECHARA, 1999). Tal distinção será realizada de acordo com a transitividade do verbo contido no predicado. Será considerado predicado simples aquele que contiver um verbo cuja significação é completa, isto é, que não necessita de complementos que integrem seu sentido. Este tipo de verbo é denominado, pela tradição gramatical, intransitivo. Será conceituado como predicado complexo aquele que abarcar verbos que carecem de complementos que atuarão como seus delimitadores semânticos. Esses verbos, a tradição classifica-os como transitivos. Já seus argumentos são denominados objetos (diretos e indiretos).

EB chama a atenção para a possibilidade da utilização do mesmo verbo como transitivo ou intransitivo. Isso só é possível, entretanto, “quando a extensão significativa do verbo aponta para um termo geral (arquilexema) que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo.” (BECHARA, 1999). Vejamos dois exemplos oferecidos pelo gramático para confirmar o que disse:

Eles bebem pouco (algo líquido: água, refrigerante, suco, etc.).
 O aluno não escreveu (um texto: bilhete, carta, oração, etc.). (BECHARA, 1999, p. 415).

Em seguida, EB afirma que alguns verbos transitivos podem apresentar especial matiz semântico no momento em que são usados de modo intransitivo. Eis os exemplos dados pelo autor:

Ele não vê / ‘não enxerga’, ‘é cego’
 Já não bebe / ‘abandonou o alcoolismo’
 Ainda não lê / ‘é analfabeto’ (BECHARA, 1999, p. 415).

A verdade é que não se pode estabelecer uma lista de verbos agrupados em transitivos ou intransitivos, visto que muitos podem atuar de forma distinta dependendo do sentido em questão.

EB, em sua gramática, trata da desnecessidade de diferenciar o predicado verbal e o predicado nominal (BECHARA, 1999, p. 426). O gramático afirma que toda relação predicativa existente numa oração tem como núcleo um verbo, portanto segue a linha dos linguistas, isto é, a que não distingue o predicado verbal do nominal, e tampouco o verbo-nominal.

Em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, o professor brasileiro critica a distinção estabelecida por alguns gramáticos dos tipos de predicado. EB diz que os verbos chamados de ligação – ou relacionais, ou copulativos –, sob o aspecto funcional e formal, possuem todas as condições inerentes à classe dos verbos.

Estejamos atentos ao que coloca Bechara, em sua gramática (37ª edição), no tópico *Vale a pena distinguir predicado verbal e predicado nominal*:

Tal esvaziamento do signo léxico representado por esses verbos, esvaziamento que se supre com o auxílio de um nome (substantivo ou adjetivo), e a particularidade de concordar o predicativo em gênero e número com o sujeito levaram a uma distinção entre predicado verbal (Pedro canta) e predicado nominal (Pedro é cantor, Maria é professora), o que implicava retirar de tais verbos o status de verbo, – pois sua missão gramatical se restringiria a “ligar” (daí os nomes de copulativos, de ligação ou relacionais que se lhes atribuíam) o predicativo ao sujeito. A realidade comunicada residiria no nome predicativo e o verbo seria apenas o marcador do tempo, modo e aspecto da oração. (BECHARA, 1999, p. 426).

EB, ademais, comenta que, normalmente, o signo linguístico que ocupa a posição do predicativo é um nome – substantivo ou adjetivo. A tradição gramatical passou a usar a

nomenclatura *nominal* para denominar este tipo de predicado. O filólogo complementa desta maneira:

Além da sem razão dessa diferença, conforme acabamos de ver, cabe lembrar que funcionam como predicativo outras classes de palavras, inclusive advérbios.
 João é *meu irmão*.
 O sol está *quente*.
 Os argumentos continuam *os mesmos*.
 Ela mais parece *uma Maria vai com as outras*.
 Os vizinhos estão *bem*.
 Os jovens são *assim*.
 O primo é *dos nossos*.
 A mesa parece *de madeira*.
 Nós somos *do Norte*.
 As provas parecem *de boas fontes*.
 Está *tarde*.
 O compromisso está *de pé*.
 Ela estava *que estava*. (BECHARA, 1999, p. 426-427).

A colocação de Bechara é deveras importante, uma vez que, consoante os exemplos escolhidos pelo autor, nem sempre o predicativo é representado por um nome. Trata-se de um importante argumento para justificar a ideia da desnecessidade de classificar os predicados como verbal, nominal e verbo-nominal.

Alarcos, em sua *Gramática de la lengua española* (1994), anteriormente a Bechara, assim como em todos os pontos que estão sendo comparados entre os dois filólogos nesta pesquisa, trata desta questão que envolve a classificação do predicado no capítulo *Atributos o adyacentes atributivos*.

Primeiramente, o professor espanhol aborda a questão que envolve o predicativo e a palavra que pode representá-lo no tópico *El atributo y su representante*. Eis o que nos ensina AL acerca deste tema:

Un reducido número de verbos, llamados copulativos (ser, estar, parecer), se caracteriza por adoptar un adyacente peculiar, conocido como atributo (y también como predicado nominal). Suelen desempeñar este papel palabras de la clase de los adjetivos, pero en su lugar pueden aparecer sustantivos y otros segmentos más complejos. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 300).

Em seguida, o autor lista uma série de exemplos a fim de que se logre enxergar as inúmeras estruturas que podem exercer a função de predicativo. Achamos interessante exibir tais frases com o intuito de revelar que não somente o tratamento dado por EB se assemelha demais ao oferecido por AL, mas também os exemplos escolhidos para sua obra – algo que

acontece de maneira frequente na *Moderna Gramática Portuguesa*, sobretudo no campo do período simples. Observemos, então, os enunciados selecionados por Alarcos:

*Este caballero es rico. Es tarde.
Los niños estaban contentos. Los cuadros estaban bien.
La muchacha parece seria. Esas palabras no parecen adecuadas.
El chico será pintor. Los dos hermanos son médicos.
Su amigo es de Madrid. Los candelabros son de bronce.
La maestra está de mal humor. El café está que arde.
El caballo parece de buena raza. La señora parece que sufre.* (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 300).

AL, a posteriori, compara o predicativo com os objetos (*directo e preposicionado*), não somente pelo aspecto sintático-semântico, mas também morfológico, já que trata da concordância quando se permuta o predicativo por um pronome. Neste caso, será sempre o *lo*, diferentemente do que acontece com os objetos (*directo e pronominal*), que estabelecem a concordância de gênero e número na língua de Cervantes. AL diz o seguinte:

Conforme hacen los objetos directo y preposicional, el atributo sirve para limitar la aplicación designativa del verbo. También como aquellos, el atributo, al ser eludido, deja junto al verbo un incremento pronominal. Pero mientras este varía en número y género en el caso de los objetos, el representante del atributo es invariable y no expresa esos valores morfológicos: siempre es lo, átono, y compatible con cualquier género y con cualquier número. Si los ejemplos precedentes los trasladásemos a entonación interrogativa, diciendo ¿Este caballero es rico?, ¿Es tarde?, ¿Estaban contentos?, ¿No parecen adecuadas?, ¿Es de Madrid?, ¿Está que arde?, etc., la respuesta, suprimiendo por redundante la noción explícita del atributo, ofrecería en todos los casos el referente átono lo: Lo es, Lo es, Lo estaban, No lo parecen, Lo es, Lo está, etc. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 300).

O tópico seguinte, na gramática de Alarcos, é exatamente *Predicado verbal y predicado nominal*. Nele vamos observar que o autor defende a desnecessidade de classificar os diferentes predicados – conceito seguido por Bechara em sua gramática.

Com isso, vejamos o que AL nos ensina:

La evocación a la realidad que efectúan estos verbos copulativos es demasiado extensa y vaga, a veces, como suele decirse, «vacía». El papel del atributo consiste en «llenar» la referencia de estos verbos, asignándoles posibilidades de denotación más concretas. Tal particularidad ha inducido a separar las estructuras oracionales en dos tipos: las de predicado verbal (cuando el signo léxico del verbo se refiere a experiencias concretas) y las de predicado nominal (esto es, las de los verbos ser, estar, parecer, que precisan de la noción léxica del atributo). Si ello es válido desde el punto de vista semántico, para la sintaxis el núcleo oracional es siempre el verbo, por impreciso que sea su contenido léxico, puesto

que en el verbo residen los morfemas de persona y número que como sujeto gramatical establecen la oración. En envejecéis, la relación predicativa une el sujeto gramatical «segunda persona plural» (expresado por la terminación éis) con la noción léxica de «envejecer»; en Sois viejos, el mismo sujeto gramatical (combinado con la noción léxica existencial de «ser») establece la predicación con el signo léxico del atributo «viejo». (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 301-302).

Alarcos diz que, de acordo com a sintaxe, o verbo é sempre o núcleo da oração. Se observarmos os aspectos semânticos, no entanto, o predicativo tem a função de preencher a referência, atribuindo-lhes perspectivas de denotação mais consistentes.

Finalizando o tópico em questão, AL afirma que as estruturas que apresentam verbo de ligação são, de fato, oriundas de outras que apresentam verbos nocionais. Eis o que explica o gramático:

De este modo, las construcciones atributivas vienen a ser como el resultado del desglose de otros verbos no copulativos, según se puede apreciar en casos de equivalencia semántica como los siguientes:

Un dulce nunca amarga. Un dulce nunca es amargo. Aquí abunda la uva. Aquí es abundante la uva. Escaseaban los víveres. Eran escasos los víveres. La maleta pesa mucho. La maleta es muy pesada. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 302).

Após esta minuciosa exposição acerca da visão de predicado de Bechara e Llorach, ficou perceptível mais um ponto de grande influência do gramático espanhol sobre o brasileiro.

3 O OBJETO DIRETO

O objeto direto ou complemento direto pode ser definido como o termo de natureza substantiva, não introduzido por preposição obrigatória, que integra o sentido de um verbo transitivo direto.

Assim como AL, Bechara compara o objeto direto ao sujeito, pois ambos são formados por expressão substantiva e não são marcados por uma preposição. EB aborda a questão da ordem direta do enunciado a fim de descrever que o sujeito, normalmente, vem à esquerda do verbo; o complemento direto, à direita. Quando há uma inversão das posições desses termos da oração, a interpretação pode também mudar. EB alerta, assim como faz AL em sua gramática, para os riscos de ambiguidade em alguns enunciados. Eis o que nos ensina o filólogo brasileiro em sua *Moderna Gramática Portuguesa*:

Assim, a troca de posição destes dois termos na oração está circunscrita aos casos em que dela não resulte ambiguidade ou ruído de comunicação, principalmente no texto escrito. No texto oral, são as pausas e a entonação elementos decisivos para que a oração respeite a intenção comunicativa do falante, sem deixar de haver também, é evidente, a contribuição dos entornos:
José viu o irmão não é a mesma coisa que *O irmão viu José*. Mas já em *José viu os irmãos* e *Os irmãos viu José*, a flexão do verbo no singular patenteia que o sujeito, nas duas orações, só pode ser *José*. (BECHARA, 1999, p. 416).

EB estabelece algumas estratégias para identificar o termo que funciona como objeto direto na oração, além da não presença de preposição necessária: a permutação do complemento direto pelos pronomes *o*, *a*, *os*, *as*; a transposição da oração da voz ativa para a passiva; a substituição do objeto direto pelos pronomes interrogativos *quem?* [*é que*] e [*o*] *que* [*é que*] antes da sequência *sujeito + verbo*; e a transposição (topicalização) do complemento direto para a esquerda do verbo. (BECHARA, 1999, p. 416-417).

É importante deixar claro que essas estratégias não são consideradas totalmente seguras, sobretudo quando abordamos a questão da passagem da voz ativa para a passiva e vice-versa.

Bechara sofre clara influência de Emilio Alarcos Llorach quando fala de verbos que indicam medida, peso, preço e tempo. Observemos, na íntegra, o que diz o gramático brasileiro:

Não são naturais, embora gramaticalmente possíveis, as perguntas com *quem?*, *que?*
 Nas frases cujos predicados complexos contêm verbos que significam medida, peso, preço e tempo:
 O corredor mede cinco metros.

O atleta pesa sessenta quilos.
 O novo carro custou trinta mil reais.
 O filme durou três horas.
 Também não são frequentes, embora gramaticalmente possíveis, as pronominalizações com os verbos da natureza semântica referida no item anterior:
 O corredor mede-os.
 O atleta pesa-os.
 O novo carro custou-os.
 O filme durou-as. (BECHARA, 1999, p. 418).

Alarcos inicia seu discurso acerca do objeto direto estabelecendo certa comparação com o sujeito léxico, como já fora mencionado anteriormente nesta seção. O gramático afirma que às vezes é interessante para o falante limitar a referência do signo léxico verbal através de um termo adjacente, que seria representado pelo complemento direto. Vejamos o que coloca AL sobre o complemento direto:

Al decir La mujer bebe agua, El maestro piensa en su situación, los adyacentes agua y en su situación discriminan el campo de aplicabilidad del «beber» y el «pensar» denotados por el verbo. Se denominaran estos adyacentes objeto directo y objeto preposicional, respectivamente. La pregunta que inquiera sobre ellos exige el interrogativo qué, solo en el caso del objeto directo, y precedido de la oportuna preposicion en el otro (¿qué bebe?, ¿en qué piensa?). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 277).

AL trata dos verbos que indicam medida, duração, peso e preço no tópico referente ao objeto direto. O filólogo os classifica como verbos transitivos diretos; solicitam, portanto, complementos diretos. Observemos o que diz o professor espanhol em sua *Gramática de la lengua española* acerca deste tema:

*Objetos directos de medida, duración, peso y precio
 Hay que referirse a los adyacentes que designan medida, duración, peso y precio con verbos de significación afín, tales como los de estos ejemplos:
 La torre media veintitrés metros (= Los medía).
 La sinfonía dura cuarenta y cinco minutos (= Los dura).
 El púgil peso noventa y tres kilos (= Los peso).
 Los zapatos cuestan dieciséis mil pesetas (= Las cuestan). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 281).*

Llorach defende a tese de que tais verbos solicitam, de fato, termos que integrem a significação deles. Além disso, tornou-se evidente, com os exemplos expostos acima, escolhidos pelo autor, que os termos que indicam medida, duração, peso e preço são substituídos pelos pronomes clíticos *los* (nos três primeiros exemplos) e *las* (no último

exemplo), corroborando a ideia de que seriam verdadeiros objetos diretos. Vejamos como defende AL a classificação sintática desses termos em sua gramática:

Algunos piensan que estos adyacentes, aunque si se eluden son representados por los habituales incrementos pronominales, no son objetos directos, pensando en que se corresponden con preguntas formuladas con el adverbio cuánto: ¿Cuánto medía?, ¿Cuánto dura?, ¿Cuánto pesó?, ¿Cuánto cuestan?, y que en lugar de ellos pueden aparecer cuantificadores de as pecto adverbial, como al decir Medía mucho, Dura bastante, Pesó demasiado, Cuestan poco (donde seria dudosa la representación pronominal con lo: Lo medía, Lo dura, Lo pesó, Lo cuestan). A pesar de todo, deben considerarse objetos directos, no solo porque se reproducen con los incrementos personales propios de esta función, sino porque también se corresponden a las preguntas hechas con el interrogativo qué: ¿Qué medía la torre?, ¿Qué dura la sinfonía?; ¿Qué pesó el púgil?, ¿Qué cuestan los zapatos? (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 282).

Bechara sofre clara influência de Emilio Alarcos Llorach quando fala de verbos que indicam medida, peso, preço e tempo. Observemos, na íntegra, o que diz o gramático brasileiro:

Não são naturais, embora gramaticalmente possíveis, as perguntas com quem?, que? Nas frases cujos predicados complexos contêm verbos que significam medida, peso, preço e tempo:
 O corredor mede cinco metros.
 O atleta pesa sessenta quilos.
 O novo carro custou trinta mil reais.
 O filme durou três horas.
 Também não são frequentes, embora gramaticalmente possíveis, as pronominalizações com os verbos da natureza semântica referida no item anterior:
 O corredor mede-os.
 O atleta pesa-os.
 O novo carro custou-os.
 O filme durou-as. (BECHARA, 1999, p. 418).

Evanildo Bechara segue exatamente aquilo que diz Emilio Alarcos Llorach. Fica evidente que ambos classificam os argumentos internos dos verbos que indicam medida, peso, preço e tempo como objetos diretos. A forma como EB trata da questão, inclusive com a utilização de exemplos muitos parecidos, revela que o gramático brasileiro sofreu forte influência do professor espanhol.

3.1 O objeto direto preposicionado

O objeto direto, por vezes, pode vir preposicionado. Isso acontece, principalmente, a fim de diferenciar aquele do sujeito. Bechara lista sete casos em que ocorre este tipo de

objeto: quando se trata de pronome oblíquo tônico (uso hoje obrigatório); quando, principalmente nos verbos que exprimem sentimentos ou manifestações de sentimento, se deseja encarecer a pessoa ou ser personificado a quem a ação verbal se dirige ou favorece; quando se deseja evitar confusão de sentido, principalmente quando ocorre: inversão (o objeto direto vem antes do sujeito) ou comparação; na expressão de reciprocidade: um ao outro, uns aos outros; com o pronome relativo quem; nas construções paralelas com pronomes oblíquos (átonos ou tônicos) do tipo; e nas construções de objeto direto pleonástico, sem que constitua norma obrigatória.

Em casos específicos em que ocorre confusão de sentido, o objeto direto preposicionado vem antes do sujeito, como neste exemplo: *A Abel matou Caim*. A preposição foi necessária, uma vez que a ordem direta da oração foi invertida; logo, se não houvesse a presença da palavra gramatical “a” antes do O.D., o sentido da frase seria o contrário. Llorach, em sua gramática, contemporânea à de Bechara, trata deste ponto no tópico *Objeto directo con a*. O filólogo discorre sobre os casos em que pode ocorrer a dúvida relativa a que termo exerce a função de sujeito e a de objeto direto em alguns enunciados. Os exemplos listados pelo autor são os seguintes:

*Dibujaba la niña el niño.
Mató el elefante el tigre.
Favorece la codicia la ambición*”. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 278).

Tais frases apresentam ambiguidade, uma vez que não é possível identificar o termo que exerce a função de sujeito e o que desempenha a de complemento verbal. Por essa razão, insere-se a preposição *a* antes do termo que funciona como objeto direto; logo, elimina-se o duplo sentido. Quanto aos exemplos supracitados, poder-se-ia formar dois enunciados distintos, a depender da posição da preposição *a* – anteposta a um dos termos da oração. Eilos:

*Dibujaba a la niña (objeto direto) el niño (sujeito). / Dibujaba la niña (sujeito) al niño (objeto direto).
Mató al elefante (objeto direto) el tigre (sujeito). / Mató el elefante (sujeito) al tigre (objeto direto).
Favorece a la codicia (objeto direto) la ambición (sujeito). / Favorece la codicia (sujeito) a la ambición (objeto direto).* (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 279).

4 O OBJETO INDIRETO

Llorach inicia seu tratamento acerca do objeto indireto, em *Gramática de la lengua española* (1994), afirmando que tal termo da oração pode aparecer junto a qualquer outro adjacente, como, por exemplo, o objeto direto ou o complemento relativo. Vejamos como AL exemplifica tal questão:

Por ejemplo, en Escribió a su amigo, el objeto indirecto a su amigo se refiere al destinatario de la noción «escribir» sugerida por el núcleo verbal. En cambio, en estos otros enunciados:

Escribió una carta a su amigo.

Habló a su amigo de sus problemas,

el objeto indirecto a su amigo especifica el destino de la experiencia denotada en conjunto por el verbo y su objeto directo (escribió una carta) y por el verbo y su objeto preposicional (habló de sus problemas), respectivamente. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 289).

AL cria dois enunciados para introduzir seus comentários sobre o complemento indireto: o primeiro deles contém, junto ao objeto indireto “a su amigo”, um objeto direto (“una carta”); no segundo, há um complemento relativo “de sus problemas” junto ao objeto indireto “a su amigo”.

Posteriormente, o filólogo espanhol trata de um ponto importante, aquele em que o objeto indireto representa um destinatário que não seja um ente animado. Neste caso, seriam os receptores das ações em questão. Os exemplos expostos por AL em sua gramática são: “A esta puerta le he cambiado la cerradura.” (Troquei a fechadura desta porta.) “Ha puesto muchas notas al texto.” (Pôs muitas notas no texto.) (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 289). Os elementos que recebem, respectivamente, as ações de “cambiar la cerradura” (trocar a fechadura) e “poner notas” (pôr) são “a esta puerta” e “al texto”. Ambos os elementos precedidos da preposição “a” são classificados como objetos indiretos. O “le”, no primeiro exemplo, também exerce tal função sintática. Em ambos os enunciados, há a presença de um complemento direto: “la cerradura” e “notas”.

AL destaca um ponto interessante, em seguida, que é a questão que envolve o ser designado pelo objeto indireto, que pode ser ambíguo. O exemplo dado por AL é “Compramos el cuadro a Juan”. Neste enunciado, o termo “a Juan” poderia fazer referência ao ser que recebeu o quadro ou ao vendedor do quadro. Em ambos os casos, a função sintática de “a Juan” seria a de objeto indireto. A questão a ser discutida é de cunho semântico em

enunciados dessa natureza. Para que não houvesse essa ambiguidade, outros artifícios teriam de ser utilizados. Vejamos o que diz AL sobre isso:

Si fuese preciso distinguir los dos sentidos, otros recursos separarían el papel de objeto indirecto y el de adyacente circunstancial (y se diría Compramos el cuadro al anticuario para Juan, o bien Compramos a Juan el cuadro para el anticuario).
(ALARCOS LLORACH, 1994, p. 290).

De acordo com os dois novos enunciados criados por Llorach a fim de se resolver o problema da ambiguidade, os termos “al anticuario” e “a Juan” exerceriam a função de objeto indireto. Os termos “para Juan” e “para el anticuario” atuariam como adjuntos circunstanciais.

Bechara busca desenvolver o estudo gramatical tradicional com os fundamentos teóricos da Linguística moderna. Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), há atual enfoque sobre vários tópicos de gramática.

Neste momento, vamos apresentar o tratamento dado pelo gramático e filólogo brasileiro ao complemento indireto / objeto indireto. Dentre os tipos de argumentos determinantes do predicado complexo relacionados pelo autor, é importante aqui considerar tal termo da oração, o qual “denota geralmente relação a um ser animado, introduzido pela preposição *a* (...)” (BECHARA, 1999, p. 421). Adiciona Bechara que “[o objeto indireto] refere-se à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo (...)” (BECHARA, 1999, p. 421).

Vejam-se as características formais e semânticas do objeto indireto, citadas por Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa*:

“a) é introduzido apenas pela preposição *a* (raramente *para*); b) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal; c) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”; d) é comutável pelo pronome pessoal objetivo *lhe/lhes* que leva a marca de número do signo léxico referido, mas não a de gênero, como ocorre no caso dos pronomes pessoais que comutam o signo léxico correspondente ao complemento direto (o, a, os, as) ou ao complemento relativo (prep. + ele, ela, eles, elas).” (BECHARA, 1999, p. 421-422).

Bechara acrescenta também que há a possibilidade de duplicação do complemento indireto (objeto pleonástico), sem que exista necessariamente a topicalização de determinado termo.

O objeto indireto, desse modo definido, diferencia-se, pois, de outro complemento preposicionado introduzido por preposição diversa, a que se dá o nome de “complemento relativo”. O gramático Rocha Lima foi o que mais explicitou essa diferença, no Brasil, pós-

NGB, mesmo no ensino escolar. Voltando à *Moderna Gramática Portuguesa*, Bechara aborda o complemento relativo, equiparando-o com o objeto direto, sob a perspectiva semântica; entretanto, daquele afirma que é introduzido sempre por preposição (ao contrário, do objeto direto) e que pode ser substituído pelos pronomes pessoais tônicos *ele, ela, eles, elas*, antecedidos da preposição selecionada pelo verbo. Com isso, observemos o que diz Evanildo Bechara sobre as preposições que introduzem o complemento relativo:

A preposição que introduz o complemento relativo constitui uma extensão do signo léxico verbal como parece indicar o fato de que cada verbo se acompanha de sua própria preposição, por servidão gramatical. A escolha de qual preposição deva introduzir este complemento relativo depende da norma estabelecida pela tradição, tradição que pode permitir, às vezes, o emprego variado e indiferente de mais de uma preposição: *Ela se parece ao pai. / Ela se parece com o pai.* (BECHARA, 1999, p. 420).

Com relação ao objeto indireto, independentemente deste termo ser o único complemento verbal em uma determinada oração, Azeredo (2008) diz que tal termo se une, tipicamente, ao verbo por meio da preposição *a*. Além disso, pode ser substituído pelos pronomes átonos *lhe / lhes*, assumindo a forma dativa. Logo, o objeto indireto difere do complemento relativo, pois este, mesmo sendo preposicionado obrigatoriamente, não pode ser substituído pelos clíticos *lhe / lhes*, e ainda há o fato de que este termo pode ser introduzido por outras preposições além da *a*. Falando a respeito das preposições que inserem o complemento relativo, o gramático afirma que em alguns casos algumas preposições podem ser esvaziadas de sentido.

Embora coloque o objeto indireto entre os complementos verbais, mestre Bechara observa o seguinte:

“(...) o complemento indireto é um termo que se distancia mais da delimitação semântica do predicado complexo e parece melhor um elemento adicional da intenção comunicativa que, fica, no esquema sintático, a meio caminho entre os verdadeiros complementos verbais e os adjuntos circunstanciais”. (BECHARA, 1999, p. 422).

Para o gramático, o objeto indireto integra a relação predicativa estabelecida entre o sujeito e o verbo de maneira indireta. Adiciona que, no uso corrente, em circunstâncias em que não se verifica elipse ou “auxílio do entorno” (p. 422), suprime-se esse complemento com frequência; ao contrário, o objeto direto ou complemento relativo, de acordo com Bechara, só

é deixado oculto quando é recuperável na situação comunicativa. Analisemos o que diz o filólogo acerca da relação predicativa dos complementos relativo e direto:

A integração da relação predicativa se faz imediatamente com o complemento direto e relativo, e só mediamente com o complemento indireto. Tanto é assim que em condições normais (isto é, quando não se trate de evidente elipse ou de auxílio de entono, não se pode eliminar o complemento direto ou complemento relativo, mas é possível não anunciar o complemento indireto:

Vi o acidente | * Vi

Preciso do auxílio | * Preciso

mas:

Escrevi cartas aos pais | Escrevi cartas

Queixou-se da turma ao diretor | Queixou-se da turma (BECHARA, 1999, p. 422).

De fato, o conteúdo semântico veiculado por “aos pais” parece ter uma menor importância ao *estado de coisas* designado na oração; isto é, a entidade a quem se destina a ação de escrever é um conteúdo mais fácil de ser omitido. Na verdade, os complementos direto, relativo e indireto podem ser omitidos em diferentes enunciados, mas o que o gramático logra deixar claro é que, ainda que tais termos mencionados sejam integrantes do predicado complexo, os dois primeiros compõem a significação do verbo a que se relacionam de modo imediato; logo, omiti-los em uma oração, pelo menos na maioria dos casos, seria menos conveniente que omitir o complemento indireto.

Tanto o objeto direto quanto o indireto são argumentos internos do verbo e não é possível antecipar a ocorrência ou não de um e outro termo; reconhecemos que o último destes é, em muitos casos, facultativo; ambos, no entanto, são previstos pela valência verbal. Se, por um lado, o objeto indireto, porque representa a entidade a que se destina a ação do verbo, isto é, o “beneficiário” ou “destinatário”, parece exprimir um conteúdo menos “relevante”; por outro lado, esse conteúdo está totalmente envolvido com a semântica do verbo. Destacamos, mais uma vez, a figura do gramático Rocha Lima, o qual, em sua gramática, afirma que o “objeto indireto é menos um complemento do verbo do que da oração.” (LIMA, 1997, p. 249).

Ademais, Rocha Lima afirma que o objeto indireto não pode vir em forma de oração, visto que possui o traço + PESSOA. Já o complemento relativo pode vir em forma de oração. Quando tal fato acontece, a NGB e alguns autores, por exemplo, darão o nome a esse complemento verbal em forma de oração de: *oração subordinada substantiva objetiva indireta*.

Ainda no tópico *Os tipos de argumentos determinantes do predicado complexo*, Evanildo Bechara aborda os “dativos livres”. Vejamos o que o filólogo escreveu sobre o tema:

Os chamados “dativos livres” – Os objetos indiretos vistos nesta seção são argumentos sintático-semânticos extensivos da função predicativa do conteúdo comunicado nas respectivas orações.

Todavia, remanescentes de construções, algumas das quais da sintaxe latina, aparecem sob forma de objeto indireto, nominal ou pronominal, alguns termos que não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado: são os chamados dativos livres, (...) (BECHARA, 1999, p. 423-424).

Ainda que sejam equivalentes estruturalmente a objetos indiretos, Bechara admite que esses termos não estão direta ou indiretamente relacionados ao domínio da predicação. O gramático lista quatro tipos de dativo: *dativo de interesse*, *dativo ético*, *dativo de posse* e o *dativo de opinião*. Observemos exatamente o que o acadêmico nos ensina a respeito dos *dativos livres*:

a) dativo de interesse (*dativus commodi et incommodi*) – é aquele mediante o qual se indica de maneira secundária a quem aproveita ou prejudica a ação verbal:

Ele só trabalha *para os seus*.

Ele ligou-*me* amavelmente a luz [MV.2, 123].

Este dativo fica muito próximo da circunstância de fim ou proveito (beneficiário).

b) dativo ético – é uma variedade do anterior, muito comum da linguagem da conversação, e representa aquele pelo qual o falante tenta captar a benevolência do seu interlocutor na execução de um desejo:

Não *me* reprovem estas ideias!

Não *me* mexam nos papéis!

Ele sempre *te* saiu um grande mentiroso.

Não *me* enviem cartões a essas pessoas.

Repare-se que, neste último exemplo, o verbo se acompanha de complemento direto (cartões) e indireto (a essas pessoas), enquanto o pronome *me*, fora da esfera da transitividade verbal, denuncia o meu interesse de que a tais pessoas não sejam enviados cartões.

c) dativo de posse – exprimem o possuidor:

O médico tomou o pulso *ao* doente (tomou-*lhe* o pulso).

Doem-*me* as costas.

O vaso partiu-se-*me* [MV].

d) dativo de opinião – exprime a opinião de uma pessoa:

Para ele a vida deve ser intensamente vivida. (BECHARA, 1999, p. 424).

Ao tratar dos tipos de adjunto adverbial de fim, Bechara nos traz uma questão que às vezes pode ser de veras complicada: a diferença entre o dativo de interesse e o adjunto adverbial de fim. O mestre nos dá a límpida explicação da seguinte maneira:

No que toca ao adjunto adverbial de fim, cabe não confundi-lo com o chamado dativo de interesse; este se refere sempre a pessoa e às vezes integrável pelo pronome *lhe*, e alude ao beneficiário ou prejudicado pelo processo verbal:

Mário trabalha *para a família*.

Comprou as flores [ao florista] *para a noiva*. (BECHARA, 1999, p. 443).

O dativo ético é, segundo Bechara, uma variedade do dativo de interesse. Seu emprego é muito usual na linguagem cotidiana. A partir da definição do gramático, se conclui uma característica importante desse tipo de dativo: vincular-se à enunciação, e não ao enunciado.

Por fim, Bechara faz a seguinte colocação:

A alguns destes dativos o velho e grande filólogo venezuelano Andres Bello chamava dativos supérfluos.

Isto evidencia que os pronomes adverbiais átonos, especialmente o caso do *lhe* como símbolo formal do objeto indireto, cobrem outras funções além daquela de complementação verbal. (BECHARA, 1999, p. 424).

Neste momento, vamos expor o que disse Llorach sobre os dativos “superfluos” em sua *Gramática de la lengua española*, no capítulo em que trata do *objeto indirecto*. Analisemos o que o filólogo diz a respeito desses *dativos* a que Bechara dá o nome de *dativos livres*:

A veces aparecen junto al verbo incrementos pronominales átonos que no pueden identificarse con los que en los casos de elusión representan a los sustantivos (o equivalentes) en función de objeto indirecto. Bello los denominó «dativos superfluos» y podemos llamarlos incrementos átonos de interés (§ 269). En lugar de decir No deis caramelos al niño, donde caramelos es objeto directo y al niño objeto indirecto (No se los deis), cabe agregar otro incremento, sin que el sentido de la oracion se modifique y solo ganando expresividad, al decir:

No me deis caramelos al niño (= No me le deis caramelos). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 293).

O gramático espanhol utiliza o exemplo exposto acima, que, traduzido ao português, seria: Não *me* dê balas ao menino. Realizando uma análise sintática dessa oração, *ao menino* funcionaria como *objeto indirecto*. No entanto, o pronome *me* não desempenha a mesma função, como bem explica Llorach. Tal unidade, na verdade, faz referência à pessoa interessada, isto é, ao locutor, e estaria enquadrado, de acordo com Bechara, no grupo dos *dativos éticos*.

O professor espanhol, ademais, afirma que este uso é frequente quando a pessoa implicada na experiência que se comunica coincide na realidade com a que funciona como

sujeito morfológico. (ALARCOS LLORACH, traduzido, 1994). O autor utiliza mais exemplos para corroborar sua tese:

Me tomé un café (Tome un café).
No te creas esas historias (No creas esas historias).
Después de comer se fumó un habano (Fumó un habano).
Nos temíamos lo peor (Temíamos lo peor).
Os compraréis un coche (Compraréis un coche).
Se leyeron otro capítulo (Leyeron otro capítulo).
Si me tardas cinco minutos, se me derriten las extremidades.
 (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 293, grifo nosso).

O gramático faz o seguinte comentário acerca dos exemplos acima: “La presencia del incremento <<superfluo>> añade sin duda la referencia al interés de la persona designada”. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 294)

É fácil perceber que o sentido das orações não seria afetado caso tais pronomes, chamados de “dativos superfluos” por Llorach, fossem retirados delas. Representam, de fato, um recurso estilístico que adiciona uma referência ao interesse da pessoa designada, como nos ensina o filólogo espanhol.

Em seguida, Llorach cita determinados verbos que são acompanhados por alguns pronomes átonos. Neste caso, verbo e complemento constituem uma unidade só, funcional e semântica, como no caso dos verbos pronominais. Mais uma vez trata-se de um recurso estilístico que pode vir a ser usado pelo locutor. Sem dúvida, o uso de tais pronomes dá um novo matiz ao verbo, no entanto, não é obrigatória a presença deles.

No tópico *objeto indirecto e adjuntos com para*, a influência de Llorach sobre Bechara é visível. Os dois gramáticos tratam o assunto de maneira similar alertando para o fato de que, em alguns casos, o complemento introduzido pela proposição “para” gera uma certa dúvida quanto à sua classificação sintática. Muitos acabam classificando esses complementos, erroneamente, como objetos indirectos. Isso acontece, pois a preposição “para” – assim como “a” – também é capaz de introduzir este tipo de argumento do verbo e, pela característica de algumas orações, a confusão é estabelecida. AL inicia a seção mostrando dois exemplos para tratar o assunto:

Han traído un paquete para el director.
Compraremos un juguete para el niño.
 (ALARCOS LLORACH, 1994, p.292).

O filólogo afirma que os complementos introduzidos pela preposição “para” – *para el director* e *para el niño* – não devem ser vistos como objetos indiretos. Uma das justificativas usadas por AL é que tais termos seriam compatíveis com outro “adjacente” em função de objeto indireto. Vejamos os exemplos que corroboram esta tese:

*Han traído al conserje un paquete para el director.
Compraremos a tu hermana un juguete para el niño.*
(ALARCOS LLORACH, 1994, p. 293).

Nesses exemplos, os termos *al conserje* e *a tu hermana* são os que exercem a função de objeto indireto para o autor. Ambos são introduzidos pela preposição “a”.

Evanildo Bechara faz uso da mesma justificativa, partindo do seguinte exemplo: “Alguns alunos compraram flores para a professora”. (BECHARA, 1999, p. 423). Eis o que disse o gramático sobre tal período:

Se prestarmos atenção, para a professora do exemplo não introduz o termo que funcionaria como complemento indireto, e a prova disto está na possibilidade, na referida oração, de aparecer um complemento indireto: Alguns alunos compraram flores ao florista para a professora. Note-se que se ao florista e para a professora exercessem a mesma função de complemento indireto deveriam aparecer coordenados mediante a conjunção e, como ocorre com todos os termos de igual valor gramatical. (...) (BECHARA, 1999, p. 423).

Outra justificativa utilizada por ambos os gramáticos é que somente os termos considerados, de fato, objetos indiretos e diretos podem ser comutados por um pronome oblíquo átono. Observemos:

Alguns alunos compraram-lhe flores para a professora.
mas não:
**Alguns alunos compraram-lhe ao florista.*
(BECHARA, 1999, p. 423).

Llorach utiliza os seguintes exemplos para confirmar suas ideias:

Han traído al conserje un paquete para el director. > Se lo han traído para el director.
Compraremos a tu hermana un juguete para el niño. > Se lo compraremos para el niño. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 281).

Então, é pertinente que as expressões supracitadas que são iniciadas pela preposição “para” são, na verdade, adjuntos, isto é, termos circunstanciais.

Ficou explícito, portanto, a enorme influência de AL sobre EB em mais este tópico gramatical no campo da sintaxe – período simples.

5 PREDICATIVO, PARTICÍPIO E A CONSTRUÇÃO DA VOZ PASSIVA

Emilio Alarcos Llorach, em *Gramática de la lengua española*, no tópico *atributo, participio y voz passiva*, trata da questão que envolve a distinção entre o predicativo e o particípio na construção da voz passiva analítica. Este tipo de voz passiva é construído com a presença de um sujeito explícito – sobre o qual recai a ação verbal –, uma locução verbal e um termo que exerce o papel de agente de tal ação – o agente da passiva. Este último não é, de fato, obrigatório, ainda que a Nomenclatura Gramatical Brasileira e a maioria das gramáticas o listem entre os termos chamados “integrantes” da oração.

AL aborda este importante tema, uma vez que, do ponto de vista sintático, não há diferença entre o predicativo e o particípio. O gramático espanhol expõe os seguintes exemplos em sua gramática para iniciar a discussão: *El campeón fue vencido* e *El campeón fue vencedor*. (p. 303) Se analisarmos sintaticamente os termos dos dois enunciados, *el campeón* desempenha a função de sujeito em ambos, e a forma verbal *fue* representa o verbo de ligação (ou *copulativo*, de acordo com AL, em sua gramática). Somente os últimos termos são distintos: *vencido* e *vencedor*. Então, é necessário diferenciá-los? Observemos que, se quisermos aplicar o método da substituição do nome predicativo pelo pronome *lo* (em português *o*), não haveria problema algum em nenhuma das duas orações. Vejamos: *¿Quién fue vencido? El campeón lo fue. ¿Quién fue el vencedor? El campeón lo fue*. Logo, para Llorach, ambos os termos, *vencido* e *vencedor*, exercem a função sintática de predicativo (em espanhol, *atributo*). A noção de “passivo”, para AL, pertence somente à estrutura interna do termo *vencido*, e não da oração.

Evanildo Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa*, no tópico *Construção passiva e predicado*, aborda o mesmo tema, inclusive iniciando-o com exemplos bastante parecidos ao de AL: *A equipe é vencedora* e *A equipe é vencida*. EB realiza os mesmos comentários feitos por AL, afirmando que ambas as orações apresentam estruturas sintáticas idênticas. A única diferença existente está no traço semântico dos predicativos *vencedora* e *vencida*: o primeiro possui traço ‘ativo’, já que *A equipe venceu*; enquanto o segundo, ‘passivo’, visto que *A equipe foi vencida*.

EB, em seguida, cita Llorach, quando se refere à possibilidade de se expandir o particípio através de um termo preposicionado:

Poder-se-ia objetar contra tal identificação dos dois termos o fato de poder levar o particípio vencido, ao contrário do predicativo como vencedora, uma expansão preposicionada “que se refere na realidade ao agente da atividade designada pelo signo léxico do particípio” [AL.1, 303], apesar do paralelismo da estrutura sintática. (BECHARA, 1999, p. 435-436).

AL fala a respeito disso no tópico *Adyacente preposicional del participio*. O filólogo espanhol faz uso dos seguintes exemplos para explicar sua teoria:

La noticia es divulgada por la prensa (Lo es).
La noticia es confidencial por su trascendencia (Lo es).
Las negociaciones fueron interrumpidas por la policía (Lo fueron).
Las negociaciones fueron laboriosas por su dificultad (Lo fueron).
El edificio será derribado por los bomberos (Lo será).
El edificio será suntuoso por su decoración (Lo será). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 303-304).

Em todos os casos acima, foi possível realizar tanto a comutação do particípio quanto a do predicativo pelo pronome *lo*. A diferença é que, tanto no primeiro como no terceiro e quinto enunciados, os termos introduzidos pela preposição *por* funcionam como agentes das respectivas ações verbais contidas em suas orações; já no segundo, quarto e sexto enunciados, os termos preposicionados atuam como circunstanciais de causa. Pode-se afirmar, portanto, que as diferentes relações semânticas estabelecidas pelos diferentes termos iniciados pela preposição *por*, nos exemplos supracitados, dependem inteiramente do termo *atributivo* (predicativo ou particípio).

AL, a fim de expandir sua criteriosa explicação acerca desta questão, compara o comportamento de três nomes que funcionam com *atributivos*: *elogiado*, *elogiable* e *elogioso*. Todos eles, claramente, derivados do substantivo *elogio*. O filólogo espanhol afirma que são os sufixos desses adjetivos (*ado*, *able* e *oso*) os reponsáveis pela noção agentiva ou causativa do termo *adyacente preposicional del participio*. AL apresenta estes exemplos para aclarar tal questão:

El discurso es elogiado por el público.
El discurso es elogiado por su claridad.
El discurso es elogiable por su precisión.
El discurso es elogioso por las circunstancias. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 304).

Llorach afirma que todas as estruturas acima são atributivas, embora haja a diferença entre as noções de agente e causa. O autor de *Gramática de la lengua española* complementa sua análise da seguinte forma:

Agente y causa son sentidos no distinguidos por la estructura y las relaciones sintácticas. Su diferencia procede de las diversas referencias léxicas que evocan los signos presentes; su diversidad resultaría solo patente en la lengua sustituyéndolos por otras estructuras, por ejemplo, diciendo El público elogia el discurso, Su claridad hace elogiar el discurso; Su precisión hace elogiabile el discurso; Las circunstancias hacen elogioso el discurso. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 304-305).

AL cria enunciados com as mesmas marcas semânticas – noções agentiva e causativa –, porém com distintas características estruturais. Obter-se-ão períodos em que os termos que os integram passam a desempenhar funções sintáticas diferentes em relação às dos exemplos anteriores.

EB, além de mencionar os adjuntos adverbiais de causa, também o faz com os de meio. Eis o que nos expõe o gramático brasileiro:

Ocorre o mesmo se se trata de adjunto adverbial de causa ou meio, e não de complemento de agente.
A pressão é *controlada* com remédios. A pressão *o* é com remédios.
O artista foi *elogiado* pela sua técnica. O artista *o* foi pela sua técnica. (BECHARA, 1999, p. 436).

Então, ficou deveras claro que a diferença entre predicativo e particípio não se dá no campo sintático, mas, sim, no semântico, pois irá depender das relações de sentido que as palavras escolhidas por nós, os usuários da língua, possuem em cada enunciado formulado. Além disso, explicitamos as ideias de AL e de EB. Mais uma vez, o gramático brasileiro teve como referência a *Gramática de la lengua española*.

6 OS DETERMINANTES CIRCUNSTANCIAIS OU ADVERBIAIS

Os determinantes circunstanciais ou adverbiais seriam classificados pela Nomenclatura Gramatical Brasileira como termos acessórios da oração. Seriam termos marginais ou não-argumentais, isto é, não solicitados pelo verbo.

Llorach, no capítulo intitulado *Adyacentes Circunstanciales*, inicia sua abordagem acerca de tais termos da oração estabelecendo uma comparação com os diferentes tipos de objeto selecionados pelo verbo. Eis o que coloca o professor:

Mientras los objetos directo, preposicional e indirecto, cuando su referencia es conocida y no es necesario manifestarlos explícitamente, dejan junto al núcleo verbal un representante pronominal de su función, otros adyacentes pueden eludirse (como también se elude el sujeto léxico) sin que persista en la oración ningún referente funcional suyo. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 295).

AL aponta dois traços que evidenciam a independência semântica dos circunstanciais: o primeiro seria o fato de não perturbar a estrutura oracional, ou seja, tais termos adicionam uma informação, no entanto, caso sejam retirados do enunciado, ele não será prejudicado; o segundo, a capacidade de permutação que esses termos possuem.

Llorach, ademais, menciona que os tais termos não estabelecem concordância com o sujeito. Adiciona também que, em uma oração, cabem diversos termos adverbiais, os quais podem indicar circunstâncias como: tempo, lugar, modo, afirmação, dúvida, negação, intensidade, assunto, quantidade, entre outros. Vejamos o que nos diz AL sobre esse ponto gramatical:

Los circunstanciales añaden al sentido de la oración nuevos datos de la experiencia, pero no afectan al sentido concreto del núcleo o verbo, el cual, aunque aquellos adyacentes no apareciesen, seguiría designando la misma realidad. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 297).

AL destaca que nem sempre os adjuntos adverbiais podem ser retirados da oração sem que o sentido dela seja alterado. Em alguns casos, estariam vinculados ao verbo da mesma forma que um objeto direto ou um indireto. Observemos, então, o que nos ensina Llorach:

Algunos, en cambio, inciden sobre la referencia del verbo o, a veces, sobre la de algun adyacente. En una oración como Anoche leí deprisa tu carta, el circunstancial anoche se refiere a una circunstancia, por decirlo así, externa, que configura el marco en que se produce la experiencia manifestada por el resto de la

oración (Leí deprisa tu carta); pero el otro circunstancial, deprisa, afecta a la referencia expresada por el núcleo leí e indica una particularidad interna a la actividad designada (<<leer>>). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 297).

No exemplo oferecido por AL – *Anoche leí deprisa tu carta* –, há dois adjuntos adverbiais: o primeiro (*anoche*) indica a circunstância de tempo e o segundo (*deprisa*), de modo. De acordo com as palavras do gramático, pode-se concluir que *anoche* poderia ser retirado do enunciado e o sentido deste não seria modificado. Já se o advérbio *deprisa* fosse sacado da oração, uma informação deveras importante seria perdida, pois existe uma relação muito próxima entre o verbo e o circunstancial. É possível imaginar que se a leitura de uma carta é realizada em qualquer horário do dia, não haveria nenhuma diferença na ação realizada. Quando tratamos do modo como isso é feito, porém, a interpretação pode se dar de outra maneira. Foi por isso, então, que AL chamou a atenção a fim de que se evitem equívocos nas análises de enunciados diversos.

Bechara, no tópico *Os determinantes circunstanciais ou adverbiais*, inicia seu texto observando três exemplos em que há termos adverbiais. O primeiro enunciado escolhido pelo gramático é *A criança caiu da cama durante a noite*. EB destaca os dois circunstanciais na frase, que são *da cama* e *durante a noite*. O filólogo diz que a gramática tradicional os classificou como *adjuntos adverbiais*. EB, no entanto, critica tal visão, pois o termo *da cama* não poderia ser retirado da oração sem que se alterasse o sentido dela. Analisemos o que nos ensina o professor:

Ora, basta aplicarmos o *teste da redução* para verificarmos que o termo *da cama* é termo obrigatório, argumental, pois pertence à regência do verbo *cair*; assim, torna-se incompleta do ponto de vista sintático (e semântico, naturalmente) a oração sem este complemento relativo:

A criança caiu durante a noite.

Já não se dá o mesmo com a redução ou supressão do termo *durante a noite*:

A criança caiu da cama. (BECHARA, 1999, p. 436).

Conforme afirma EB, *durante a noite*, caso fosse retirado da oração, não afetaria o enunciado, pois é um termo o qual está fora do domínio da regência do verbo, ou seja, não solicitado por ele. O filólogo, portanto, classifica o termo *da cama* como complemento relativo do verbo *cair*, enquanto o termo *durante a noite* é considerado pelo professor um adjunto adverbial, de fato. Observemos atentamente, então, o que comenta EB acerca do adjunto adverbial e do complemento relativo:

Os adjuntos adverbiais são semântica e sintaticamente opcionais. Respondem às clássicas perguntas *como?*, *quando?*, *onde?*, *por quê?*, enquanto o complemento relativo responde à pergunta *que? quem?*, precedidos da preposição que acompanha tradicionalmente o verbo:

Pedro fala sempre *de negócios* (fala de quê?: compl. relativo).

Pedro fala sempre *de memória* (como fala?: adjunto adverbial). (BECHARA, 1999, p. 437).

Realmente, é facilmente perceptível, no primeiro exemplo (*Pedro fala sempre de negócios*), que o verbo *falar* solicita o complemento *de negócios*. O termo regido (complemento relativo) integra, de fato, a significação do termo regente (verbo). No segundo exemplo (*Pedro sempre fala de memória*), o termo circunstancial *de memória* designa simplesmente o modo como o sujeito da oração exerce a ação verbal *de falar*.

Bechara segue sua explicação com a estratégia do teste de clivagem ou relevo. Neste ponto de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, é possível visualizar mais uma referência explícita do filólogo brasileiro a Llorach no seguinte trecho:

Se recorreremos ao teste de clivagem ou relevo mediante o usual instrumento *é ... que/quem*, verificaremos a diferença de resultado entre o complemento relativo e o adjunto adverbial:

É de negócios *de que* sempre fala o José.

É de memória *como* sempre fala o José [AL.1, 283]. (BECHARA, 1999, p. 437).

AL aborda essa questão entre o objeto preposicional e o adyacente circunstancial de um modo bastante detalhado e comenta essa estratégia da criação de um novo enunciado, a que ele nomeia *construcción ecuacional*, no qual o termo adyacente seria destacado a fim de se estabelecer a diferença entre o objeto e o circunstancial. Analisemos o que nos ensina o gramático espanhol:

Sin embargo, varios rasgos distinguen los objetos preposicionales (o suplementos) de la primera serie respecto de los adyacentes circunstanciales de la segunda. Aquellos pueden ser respuestas a preguntas como ¿De qué hablan?, ¿Con qué acabó?, ¿En qué confías?, ¿A qué olía?, ¿Por qué preguntaron?, todas con la unidad interrogativa que precedida de la preposición. Por los adyacentes de la otra serie se preguntaría con una unidad adverbial: ¿Cómo hablan?, ¿Cómo acabó?, ¿Cómo confías?, ¿Cómo olía? ¿Cómo preguntaron?

Paralelamente, si se realizase mediante una construcción ecuacional (§ 362) el adyacente de unas y otras oraciones, se observaría su diferencia:

Es de música de lo que hablan, Es a carbonilla a lo que olía, etc., para la serie de objetos preposicionales, y Es de memoria como hablan, Es a distancia como olía, etc., para la otra. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 283).

Merece destaque, no texto de AL, o ponto no qual o gramático chama a atenção para a coexistência do *objeto preposicional* e o *adyacente circunstancial* em uma mesma oração, uma vez que têm diferentes funcionalidades. Um dos exemplos escolhidos por AL foi: *Hablan de música de memoria*. Como exercem diferentes funções sintáticas, não existe a possibilidade de que tais termos estejam coordenados. Observemos o comentário do autor acerca desse ponto gramatical:

Por ello no pueden coordinarse entre si. No se diría Hablan de música y de memoria, Acabó con rapidez y con sus ahorros, Confío en la suerte y en general, Olía a carbonilla y a distancia, Preguntaron por la carta y por carta. Sí sería normal la coordinación entre dos objetos preposicionales o entre dos adyacentes circunstanciales como en Hablan de música y (de) danzad Hablan de memoria y con rapidez, Acabó con sus ahorros y con la herencia Acabó con rapidez y perfección, Confío en la suerte y la intuición, Confío en, general y sin prejuicios, Olía a carbonilla y a gas, Olía a distancia y a ráfagas, Preguntaron por la carta y la respuesta, Preguntaron por carta y por teléfono. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 284).*

Bechara também destaca a possibilidade de coordenação entre termos de mesma função sintática e a impossibilidade caso não sejam equivalentes no campo sintático. O gramático diz o seguinte:

Que não se trata de termos sintaticamente equivalentes mostra o fato de não poderem coordenar-se. Não é possível uma construção do tipo:
A criança caiu *da cama e durante a noite*,
como seria possível em:
As crianças caem *do balanço e do escorrega* durante o recreio. (BECHARA, 1999, p. 439).

Foi possível observar e comparar o modo como Bechara e Llorach abordam o adjunto adverbial. Ademais, o destaque dado à questão relativa à distinção do complemento relativo e do adjunto circunstancial. O gramático brasileiro, mais uma vez, sofreu influência do espanhol neste tópico gramatical, como ficou patente neste capítulo de nossa pesquisa.

7 O INFINITIVO E O GERÚNDIO COMO PREDICATIVO

Outro ponto de influência direta de Emilio Alarcos Llorach sofrida por Evanildo Bechara é exatamente quando se fala do predicativo, mais especificamente do infinitivo e gerúndio exercendo tal função sintática. O gramático brasileiro cita o autor espanhol em nota de rodapé quando aborda este assunto (p. 431). A verdade é que a teoria exposta por EB provém de AL totalmente. A diferença é que o segundo faz referência somente à forma nominal “infinitivo” atuando como predicativo, enquanto o primeiro expande um pouco esse conceito, pois afirma que o gerúndio também pode desempenhar tal função.

EB segue passo a passo as ideias desenvolvidas por AL. No início do tópico, este diz o seguinte sobre o infinitivo: “El infinitivo funciona como los sustantivos (§ 201). Puede aparecer, por tanto, en el papel de atributo. Por ejemplo: Querer es poder, El destino del hombre es trabajar.” (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 311). E EB, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, faz a seguinte colocação: “Já tivemos oportunidade de ver que o infinitivo, como forma nominal do verbo, funciona também como substantivo: Querer é poder. Escrever é um ato de cultura.” (p. 431) O gramático brasileiro, inclusive, faz uso de um exemplo idêntico ao do filólogo espanhol (*Querer es poder*). Para introduzir o assunto, os autores deixam claro que a forma nominal “infinitivo” pode funcionar como um nome substantivo.

AL, em sua obra, expõe exemplos como *Conviene escribir la carta*, *Quiero terminar el libro* e *Teme confesar su falta al director*. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 311) EB escolhe estes: *Convém prestar atenção aos conselhos* e *Vejo abrir a porta*. Em todos eles – em língua espanhola e língua portuguesa – há a presença de orações subordinadas substantivas e de suas respectivas principais. Ademais, em *Convém prestar atenção aos conselhos*, o infinitivo presente na oração atua como núcleo de um predicado complexo, e tal forma nominal apresenta, nesses enunciados, objetos diretos e também objetos indiretos. No entanto, para os dois gramáticos, há estruturas deveras semelhantes cuja classificação de seus termos, por vezes, é feita de modo equivocado. Desta vez, os exemplos escolhidos por AL (1994) e EB (1999) – tanto na língua de Cervantes como na de Camões – foram os seguintes, respectivamente: *Oigo subir el ascensor*, *Veía brillar las estrellas* (ALARCOS LLORACH, p. 311), *Ouçó soprar o vento* e *Vejo crescer as árvores*. Se realizarmos uma análise minuciosa, ficará visível que, nestes casos, os sintagmas à direita das formas verbais no infinitivo desempenham a função de sujeito das mesmas, e, não de complemento verbais,

como acontece nas frases anteriormente citadas. É possível comutar os termos *el ascensor*, las estrellas, o vento e as árvores por pronomes adverbiais átonos, com isso obter-se-ão os seguintes enunciados: *Lo oigo subir*, *Las Veía brillar*, *Ouço-o soprar* e *Vejo-as crescer*. O infinitivo, portanto, funciona como modificador dos complementos dos verbos – representados pelos pronomes – que iniciam as frases analisadas, assim como nos exemplos examinados por ambos os gramáticos em suas obras: *Comprarán baratos los muebles* - *Los comprarán baratos*, *Tenía peludas las orejas* - *Las tenía peludas* (LLORACH p. 311), *Encontrou a porta arrombada* – *Encontrou-a arrombada*. Os termos *baratos*, *peludas* e *arrombada* exercem a função sintática de predicativo do objeto direto (*los muebles*, *las orejas* e *a porta*). EB comenta que, de modo algum, pode-se dizer que estes objetos diretos podem ser, concomitantemente, sujeitos de infinitivo. O filólogo ainda acrescenta:

(...) se deve à análise do conteúdo semântico da equivalência na designação, isto é, na referência à realidade percebida, com:
 Ouço que os ventos sopram.
 Vejo que as árvores crescem.
 em que ventos e árvores são agentes e agora também sujeitos. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 433)

Esse é um comentário assaz pertinente de Evanildo Bechara, uma vez que se veem muitos autores estabelecendo diversas classificações sintáticas equivocadas em relação a diversos termos em determinadas construções levando em consideração somente o aspecto semântico, e não o sintático. Criam-se confusões, portanto, quando isso acontece. EB afirma que a distinção entre o sujeito gramatical e o agente da ação verbal é semelhante ao que acontece no caso da voz passiva sintética. De acordo com a norma padrão, os autores ainda não aceitam frases do tipo *Vende-se carros*, já que o sujeito é *carros*, logo o verbo tem de concordar com ele em número. Pelo efeito da equivalência, constroem-se enunciados como *Ouve-se soprar os ventos* ou *Ouve-se os ventos soprar*, casos também não aceitos pela norma padrão devido à falha na concordância do verbo com o sujeito. EB, mais uma vez, seguiu AL. Eis o que este nos ensinou:

Para las repercusiones que produce el se «impersonalizador» en estas estructuras, véase § 272 y sigs.; pero adviértase que, por una parte, si el sustantivo es inanimado (y carece de preposición) la estructura resultante es la llamada pasiva refleja, como en Se oye subir el ascensor y Se oyen subir los ascensores, donde el sustantivo es sujeto explícito del verbo incrementado con reflexivo y el infinitivo es su atributo; (...) (LLORACH, 1994, p. 312).

Evanildo Bechara expande a teoria de Llorach, como fora colocado no início deste tópico, quando trata do gerúndio como predicativo. Na verdade, tudo aquilo que diz acerca do infinitivo é relacionado à forma nominal gerúndio. O filólogo deixa claro desta maneira: Em lugar do infinitivo em função de predicativo, pode aparecer o gerúndio, quando é representado por signo léxico que denote atividade:

Ouçõ o vento soprando.
Vejo as árvores crescendo.
“No entanto ouvia [eu] as negras falando da morte dele com pavor”.
(BECHARA, 1999, p. 433).

Além disso, EB ressalta que, assim como o infinitivo, a construção também pode ser feita com o uso do pronome relativo, como, por exemplo: *Ouçõ o vento que sopra e Vejo as árvores que crescem.*

Observou, portanto, mais um ponto de fortíssima influência de Llorach sobre Bechara em sua Moderna Gramática Portuguesa.

8 EVANILDO BECHARA E SUA FORMAÇÃO INTELECTUAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE SUA GRAMÁTICA

A *Moderna gramática portuguesa*, do professor Evanildo Bechara, teve sua primeira edição publicada em 1961. EB nos contou, na entrevista realizada na ABL em dezembro de 2017 (apêndice), que escreveu a gramática, porque a Companhia Editora Nacional convidou-o para realizar uma atualização da *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira. Em 1960, EB havia publicado a notória obra *Lições de português pela análise sintática*. O professor revelou que existia um modelo o qual teve de seguir a fim de que a nova gramática da Editora Nacional não diferisse da tradição gramatical estabelecida pela gramática do Eduardo Carlos Pereira.

EB, com isso, aceitou o convite feito pela Companhia Editora Nacional e incumbiu-se de atualizar a Gramática Expositiva. Essa reformulação, todavia, excedeu os limites de uma reformulação; logo, uma outra obra foi criada. Vejamos o que nos diz o próprio Bechara:

[...] Recebi o convite em 1960 da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, para atualizar a nova edição da Gramática expositiva – curso superior, de Eduardo Carlos Pereira (1885-1923) que, publicada em 1907, chegara à sua 114ª edição em 1958. Ao completar a tarefa da parte de Fonética, no início de 1960, convenceu-se a direção da referida Editora de que estava diante de uma nova obra, uma vez que eram tantas as inovações introduzidas na Fonética, acrescida de uma nova disciplina -, a Fonologia. Encomendou-me uma nova obra que, com o título de Moderna gramática portuguesa, sairia em 1961 [...] (BECHARA, 2014, p. 25).

O ano de 1999, no entanto, foi aquele em que houve uma grande transformação dessa grande obra, com a 37ª edição. Quando comparamos as edições anteriores à de 1999, ficam claras as novidades trazidas por EB em relação à orientação teórica e ao conteúdo gramatical. De fato, é uma obra que se transformou totalmente, visto que as inovações foram inúmeras. Poder-se-ia, então, considerar as 36 primeiras edições como uma primeira gramática de EB, e as duas últimas (37ª e 38ª), outra gramática, embora tenham sido escritas pelo mesmo autor e possuam o mesmo nome.

Ademais de Emilio Alarcos Llorach, muitos outros estudiosos foram importantes para Bechara. Entre esses, podemos citar Eugenio Coseriu, Said Ali e Joaquim Mattoso Câmara Junior. O próprio gramático entrou em contato com a obra *Lexeologia do português histórico*, de Said Ali. EB o conheceu aos quinze anos e, dois anos mais tarde, escreveu *Fenômenos de Intonação*. A proximidade que se estabeleceu entre Bechara e Said Ali foi assaz importante

para o desenvolvimento dos estudos linguísticos do autor de *Moderna Gramática Portuguesa*. EB realiza inúmeras referências ao mestre em sua gramática, além das dedicatórias.

Manuel Said Ali Ida foi um filólogo brasileiro, considerado por muitos como um dos grandes sintaticistas da língua portuguesa. Era filho de mãe alemã (Catarina Schiffler), e de pai de ascendência turca (Said Ali Ida), que faleceu quando Manuel tinha apenas dois anos de idade. Fez os seus estudos em Petrópolis e mudou-se para o Rio de Janeiro quando tinha catorze anos de idade para trabalhar na livraria Laemmert, onde depois leccionaria alemão na Escola Militar e no que viria a ser o Colégio Pedro II (aí, foi professor do poeta Manuel Bandeira). Foi ainda professor de francês, inglês e Geografia.

Evanildo Bechara afirma em sua gramática que Said Ali foi pioneiro ao considerar o “falante” em sua obra. Isso pode ser percebido em sua *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. Observemos o que disse o mestre quando fala dos pronomes pessoais, a fim de destacar, embora de maneira indireta, o valor do usuário da língua:

O pronome pessoal *tu* tem aplicação muito limitada. No trato familiar, é admissível havendo muita intimidade ou liberdade. No Brasil vai sendo desbancado pelo termo *você*. O plural, dadas as mesmas condições, é *vocês*, e não *vós*.

O pronome *vós* caiu em desuso. Conserva-se nas preces, no estilo oratório, na poesia, na linguagem de ficção, falando de seres inanimados, e no estilo oficial. Pode-se aplicar a uma ou mais pessoas (ALI, 1964, p. 62).

O apreço de Bechara por Said Ali era enorme. Vejamos o que disse EB acerca de seu mestre no terceiro aniversário de sua morte:

O dia 27 de maio de 1956 marcou o terceiro aniversário de morte do Prot. Said Ali. As pesquisas de sintaxe e semântica fizeram-no o guia insuperável na matéria. Só o português Augusto Epifanio da Silva Dias pode a êle ser comparado. Porém a preocupação de Epifanio quase sempre se restringia no surpreender o fenômeno lingüístico, relacionando-o, não poucas vezes, ao latim. Mestre Said Ali não parava no registro do fato. Seus olhos de lince, levados por incomparável erudição, iam pousar nas razões mais profundas de um giro. Suas leituras nas obras de Hermann Paul, Wundt, Bréal e outros levaram-no a não dissociar "d o homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a linguagem em tantos séculos. E' a psicologia elemento essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma" (Lexeologia, III ed. de 1921). Já em 1908 acentuava: "ver-se-á que sigo traça diferente da orientação que julga encontrar no argumento do "ma gister dixit" a meta do raciocínio. Entendo que se deve ir mais longe: entrar pelo terreno psicológico, averiguar o que poderia ter ditado ao escritor ora êste, ora aquêle modo de falar" (Dificuldades, IV). A segurança do método permitiu que o Prof. Said Ali encarasse alguns problemas de nossa língua sob outro prisma e lhes desse solução que até hoje elegemos como definitiva. Assim, estudou, entre outros, o que interrogative, colocação de pronomes átonos, emprêgo do

infinitivo pessoal e impessoal, verbos diretivos, a transitividade verbal, i i sem função de reflexivo. (BECHARA, 1956, p. 167).

EB, por intermédio de Said Ali, conheceu o professor Lindolfo Gomes. Em um de seus relatos, conta como foi essa relação e também com outros grandes mestres. Eis o que nos relatou EB: “[...] eu o [Lindolfo Gomes] levava e ficava ouvindo as discussões: era Mattoso Câmara, era Antenor Nascentes, era Serafim da Silva Neto, era Júlio Nogueira, eram os professores do Colégio Militar. [...]” (BECHARA, 2008, p. 18).

O professor Ricardo Cavaliere faz o seguinte comentário acerca do perfil de Bechara:

[...] a juventude letrada na metade do século XX, não obstante já se abeberasse das novas tendências estruturalistas, mantinha as bases de uma tradição filológica fortemente influenciada pelos estudos históricos, consolidada entre nós desde a segunda metade do século XIX com o advento da denominada Gramática Científica. [...] Evanildo Bechara é um dos exponenciais representantes dessa geração brasileira em que a Linguística e a Filologia se irmanam em prol do labor científico. (CAVALIERE, 2008, p. 195).

Outro nome já citado neste trabalho e deveras importante na formação de EB foi Mattoso Câmara Jr.. A obra deixada por Câmara Jr. no domínio dos estudos de linguística geral, largamente influenciada pelas correntes europeias do funcionalismo de André Martinet, tornou-o uma referência incontornável nos estudos de linguística portuguesa. A tônica de modernidade científica e metodológica que colocou em cada assunto permitiu perceber a língua como um todo, como uma estrutura definida pela relação entre os seus constituintes e pelas funções por eles desempenhadas. Entre suas principais publicações estão *Princípios de Linguística Geral*, *Problemas de Linguística Descritiva*, *Estrutura da Língua Portuguesa* e *Dicionário de Filologia e Gramática*.

Ao comprovar a forte influência de Said Ali e Mattoso na primeira versão de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, EB deixa nítida uma peculiaridade do processo de edificação de conhecimento o qual é próprio da ciência e que Auroux (2008) denomina “co-presença dos conhecimentos”, indicando-a como fulcral ao horizonte de retrospecção.

Dessa forma, no horizonte de retrospecção de EB, a evolução científica em relação aos estudos linguísticos é evidenciada por esses e outros conhecimentos. Pode-se dizer, portanto, que a co-presença de conhecimentos é inerente à própria transfiguração do conhecimento científico. Observemos o que diz Auroux: “O fato de que haja progresso supõe que nos tempos anteriores não se podia ter acesso aos mesmos conhecimentos; o passado da ciência não tem a mesma consistência que o seu presente”. (AUROUX, 2008, p. 144).

Outro grande mestre e influenciador de Bechara, como já fora mencionado, foi Eugenio Coseriu. Nasceu em Mihăileni, uma pequena cidade romena que hoje se encontra na República da Moldávia. Após seus estudos na Universidade de Iași, ele foi para a Itália em 1940 com uma bolsa do *Instituto Italiano di Cultura* e continuou a estudar em Roma, onde obteve seu doutorado em 1944. Atuou na Universidade da República do Uruguai como professor de Linguística Geral e Indo-Européia, e depois na Universidade de Tübingen, na Alemanha.

Coseriu, assim como Emilio Alarcos Llorach, contribuiu muito com essa evolução de Bechara em seus estudos de língua. Isso fica evidente com a 37ª edição de sua gramática, lançada em 1999. Na entrevista realizada na Academia Brasileira de Letras em dezembro de 2017 (apêndice), EB nos conta que Coseriu, assim como AL, proporcionou-lhe essa extensão de independência para analisar os fatos linguísticos. O filólogo comenta que o conheceu na década de 50, na cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente, conviveu com ele durante congressos realizados pelo Brasil. Ademais, EB diz que “Coseriu foi o primeiro a alertar a necessidade de mudar a conceituação naquilo em que a tradição poderia ser aperfeiçoada” (BECHARA, 2017, p. 84).

EB, ainda durante a entrevista na ABL em dezembro de 2017 (Apêndice, p. 81), também comentou sobre o contato que estabeleceu com grandes estudiosos espanhóis além de Alarcos. Entre eles estão Dámaso Alonso e Rafael Lapesa.

O primeiro era doutor em Filosofia e Letras, licenciado em Direito, poeta, linguista e crítico literário. Dámaso Alonso foi discípulo de Ramón Menéndez Pidal no *Centro de Estudios Históricos* e companheiro na *Residencia de Estudiantes* dos artistas que fizeram parte da geração de 27. Professor de Língua e Literatura Espanholas em diversas universidades, tanto espanholas como estrangeiras, catedrático de Filologia e História da Literatura na *Universidad Central de Madrid*, membro da *Modern Language Association*, membro da *Real Academia de la Historia* e membro de honra da *Academia Mexicana de la Lengua*.

Entre suas obras poéticas, podemos citar: *Poemas puros. Poemillas de ciudad* (1921), *Hijos de la ira* (1944), *Hombre y Dios* (1955) y *Oscura noticia* (1959). O conjunto de seus estudos foi reunido nas *Obras completas*, publicadas pela editora Gredos.

Alonso, ademais, recebeu diversas distinções, entre elas o *Premio Nacional de Literatura* (1927), o *Premio Fastenrath* (1943), o *Premio Cervantes* (1978), a *Gran Cruz de la Orden Civil de Alfonso X el Sabio*, a *Orden Militar de Santiago de la Espada* (Portugal), a *Orden del Sol* (Perú), a *Orden de Andrés Bello* (este foi o primeiro grande gramático

moderno), a *Medalla de Oro de Madrid* e a *Medalla de Oro al Mérito en el Trabajo*. Foi nomeado, também, filho adotivo da cidade de León.

Dámaso Alonso doou à Academia sua biblioteca, um legado de grande valor histórico, filológico y literário instalado na sede da corporação desde 1998.

O segundo era membro de honra da *Modern Language Association of America* e da *American Association of Teachers of Spanish and Portuguese*; membro da *Hispanic Society of America*; membro correspondente da *Real Academia Gallega*, da *Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, da *Academia Argentina de Letras*, da *Academia Nacional de Letras del Uruguay*, da *Academia Paraguaya de la Lengua*, da *Academia de Artes y Letras de Puerto Rico*, do *Instituto de Estudios Asturianos*, da *Institución Alfonso el Magnánimo de Valencia* e do *Centro de Cultura Valenciana*.

Rafael Lapesa, que é considerado um grande mestre da filologia espanhola, publicou mais de trezentos artigos nos campos da linguística, a história da literatura e a crítica literária. Como historiador da literatura, seu campo de investigação foi a poesia do Renascimento, o Século de Ouro e os séculos XIX e XX.

9 A “ANTIGA” E A “NOVA” MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA

Neste momento, nosso fito será apresentar as ideias da primeira versão da *Moderna Gramática Portuguesa*, tomando como referência a edição de 1967 (12ª edição), visto que não há grandes alterações se a comparamos com a 1ª edição (1961).

Observemos, entretanto, o que EB expõe, em sua primeira versão da *Moderna Gramática Portuguesa*, no parágrafo inicial do Prefácio, em relação à obra:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa* foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. [...] (BECHARA, 1997 [1961], p. 21).

No prefácio da edição de 1967, de Evanildo Bechara, entramos em contato com um sujeito/autor que expõe, concomitantemente, dois lugares distintos. De um lado, há o discurso da modernidade e, de outro, o da tradição gramatical. O primeiro está exposto na designação da própria gramática *Moderna Gramática Portuguêsa* e é corroborado pelo chamado que faz o autor ao magistério brasileiro:

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguêsa*, foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país... (BECHARA, 1967, p. 21).

Ao passo que declara a chegada do novo e do moderno nos estudos linguísticos do Brasil, revela também a tradição (o velho): “Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto se explica por que esta moderna gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. A nossa preocupação não residiu aí, mas na doutrina” (ibid., p.21). A posição que o autor exterioriza é de um sujeito dividido entre o velho e o novo. O ponto relativo à normatização da língua, todavia, segue firme na composição enunciativa de Bechara, uma vez que o próprio gramático deixa claro que não se pode romper totalmente com uma tradição secular. Quanto à exibição de que acompanha os progressos dos estudos da linguagem, dentro e fora do Brasil, o filólogo demonstra em algumas passagens que possui conhecimento de causa, embora indefinido em suas declarações:

Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava [...] sabemos que as pessoas competentes poderão facilmente verificar que fizemos uma revisão em quase todos os assuntos de que se compõe este livro [...] (BECHARA, 1961).

Bechara realiza algumas locomoções para falar de tradição gramatical e os progressos da linguística articulam um movimento que ora o alça à condição de gramático, ora à posição de linguista. Vejamos um trecho do prefácio que revela o lado linguista de EB:

A orientação científica por que se norteia esta nossa moderna gramática, não seria possível sem a lição dos mestres (seria ocioso citá-los) que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina [...] Elegemos, entre eles, um dos mais ilustres para dedicar-lhe o nosso trabalho de hoje, aquele que para nós nos é tão caro pelo muito que contribuiu para nossa formação lingüística: M. Said Ali[...] (BECHARA, 1961).

Nota-se, ao longo das leituras dos prefácios e introduções das obras de EB e mesmo nas anexações de rodapé, a existência de muitos linguistas que lhe confiam um lugar de reflexão na linguística. Este fato, possivelmente, seja entendido como ânsia do gramático em solicitar a garantia do linguista para inscrever seu trabalho no lugar da ascensão dos estudos lingüísticos, sem esquecer, porém, a teoria gramatical.

Seguir a evolução da ciência da linguagem e colocar-se à frente da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em alguns aspectos, faz com que o gramático se transporte para o lugar do sujeito linguista. Isto é, põe-se no local da caução e da cientificidade que a linguística viabiliza.

Malgrado a natureza enunciativa que sugere autor e obra numa conexão imediata com as atuais ideias lingüísticas, já que o gramático mobiliza elementos lexicais do campo lingüístico em seu texto, estabelece-se um contorno normativo na estruturação de toda obra. A linguística preenche ainda um estreito espaço que vai do prefácio às notas de rodapé. A gramática, com seu papel consultivo, serve aos interesses da escola e de todos aqueles que trabalham por um tratamento estético da língua. Estes são os protetores do bem falar e escrever. A gramática é vista como arte, à disposição dos docentes e dos discentes com grande sentimento estético.

A exposição do professor Bechara acontece, desta forma, em dois espaços diferentes, o da gramática normativa consultiva, ao dispor de professores e alunos, e o da linguística, que representa um outro espaço enunciativo – o de produção de uma outra política lingüística, isto

é, a linguagem é examinada como um saber científico, demarcando-se uma linguagem formal, um ponto de estudo e uma técnica de pesquisa.

O lado linguista do filólogo torna-se um pouco mais claro no texto que inicia sua obra ao explicitar “Que é uma língua”, como: “Entende-se por língua ou idioma o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende” (ibid, p. 23), considerando que EB assimila, nesse lugar, concepções próprias da ciência linguística como, por exemplo, “símbolos vocais arbitrários”.

O conceito de arbitrariedade existente na concentração do que seja língua ou idioma amplia-se a uma percepção antropológica ao exprimir além do mais que “[...] a língua é um fenômeno cultural [...] a língua não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade transmite” (ibid, p. 23)

A fim de discorrer acerca das “modalidades de uma língua”, mostra-se a apresentação de que a língua de civilização tem as seguintes modalidades: a) língua falada – vista como instrumento de comunicação, desprendida dos rigores da norma e com inúmeros recursos linguísticos e extralinguísticos a serviço do falante; b) língua escrita – que foge à linguagem ordinária e tem propósitos estéticos e expressivos. A citação de Bally concede, novamente, o caminho que Bechara vai traçando para se estabelecer enquanto “linguista”. Diz EB que a língua escrita é o lugar de ordenação especial das ideias, o que segundo Bally: “[...] é o que dá à língua escrita sua fisionomia particular: e assim se explica por que não é e porque será jamais idêntica à língua falada” (ibid., p. 24).

É no espaço, no entanto, do “objeto da gramática” que cedemos uma atenção especial pela forma como EB enuncia sobre fatos da língua geral ou padrão. Após ceder olhar primoroso às modalidades falada e escrita da língua e abordar a diversidade das línguas ou falares regionais, o filólogo brasileiro retorna à exposição, como gramático, de como se pode constatar na passagem que segue:

Mas dentro da diversidade das línguas ou falares regionais se sobrepõe um uso comum a toda a área geográfica, fixada pela escola e utilizada pelas pessoas cultas: é isto o que constitui a língua geral, língua padrão ou oficial do país (ibid., p.25).

O poder da normatividade atravessa toda enunciação, de forma que produza significações que, mesmo reconhecendo os avanços dos estudos linguísticos com seus diferentes métodos de investigar questões de linguagem, o autor de *Moderna Gramática Portuguesa* se põe no lugar que concede à escola o poder de capacitar pessoas cultas, por ser ela a entidade com direitos legais para o ensino da gramática; sendo o gramático aquele capaz

de “[...] ordenar os fatos linguísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que começam a aprender o idioma também na sua época” (ibid., p.25).

Analisando a gramática como o caminho para a arte do bem falar e do bem escrever, de forma curiosa, Bechara introduz outro argumento para se discutir o conceito e o papel dela, pois reconhece ser a própria a escolhida para transcrever os fatos da língua como se fosse um manual a ser consultado acerca de como falar e bem escrever uma língua. Prossegue o gramático afirmando que esta é a razão por que a gramática é, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte.

O conceito de arte – no sentido de uma competência operacional –, equivalente ao de técnica, vem diretamente da gramática latina, e o de ciência, pela evolução dos estudos linguísticos no Brasil e no exterior, isto é, pela certificação de que a linguística é, de fato, uma ciência, e o gramático pode associar, tranquilamente, arte e ciência. Dessa maneira, é este o ambiente da enunciação que representa o gramático que se coloca na formação de um trajeto que parece revolucionário, caminhando em defesa do gramático como organizador dos fatos da língua padrão em sua época e não como estabelece o que deseja ao idioma.

A diferença entre conhecimento geral da atividade linguística e do particular, isto é, técnico, pedagógico, de uma língua, de um idioma em particular, é o que está sendo discutido entre arte e ciência, entre gramática e ciência, ademais da relação com a gramática histórica e comparada, que, em alguns discursos acerca da linguística moderna, é visto como o “início” do conhecimento científico sobre a língua, enxergando como “não científico” tudo o que veio antes, perspectiva que se encontra condensada, por exemplo, na primeira parte de *História da Linguística* (1986) de Mattoso. Essa visão é reprovada por Aurox (1992), que deixa claro que o conhecimento gramatical é um dos sustentáculos do pensamento linguístico hodierno tido como científico.

A concepção de que a gramática é ciência surge no tópico “Divisão da Gramática”, de Evanildo Bechara (1967), em que se assinala: “A gramática pode estudar: a) uma época determinada, b) uma sequência de fases evolutivas de um idioma ou; c) de vários idiomas” (ibid., p. 25). Os pontos “b” e “c” são inseridos na Gramática Histórica e Gramática Comparada, discrepando, então, do item “a” pelo fato deste ser obra da ciência. Em outras palavras, caso o gramático não seja um ditador ou um soberano da língua, contudo ordenador dos fatos da língua padrão na sua época a para aqueles que começam a conhecer o idioma também em sua época, é ele ressignificado no domínio da ciência da Linguística.

O gramático tem de estar sempre buscando informações, revendo seus conceitos e tentado ampliar seus conhecimentos a fim de que possa levar ao leitor uma visão mais ampla

de seu pensamento. Essa questão de construção e reconstrução do conhecimento pode ser associada à história da gramatização das línguas que, de acordo com Auroux,

[...] convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontinuísta. Que o saber empírico elementar possa se conservar e acumular é a condição de possibilidade da própria gramatização: de um lado, este é um processo que se persegue há (muito) longo prazo; de outro, a gramatização das línguas do mundo não teria nenhuma chance de ser finalizada um dia se fosse necessário fazer tábua rasa em cada mudança de moda ou de teoria. (AUROUX, 2009, p. 87)

Bechara demonstra muita consideração, em seus escritos, ao professor e amigo M Said Ali, e isso possivelmente torne viável entender a trajetória que vai edificando para se colocar como um gramático/linguista que se moderniza, associando arte e ciência.

Em Said Ali (1964, p. 15), no tópico “Gramática e sua Divisão”, há a apresentação do que seja Gramática Histórica e Gramática Descritiva, sendo esta última tachada como prática e científica. É a partir deste ponto que, possivelmente, EB utiliza a ideia de que a gramática pode ser, concomitantemente, “arte”, a estética do bem falar e escrever, e ciência, estruturada num campo do saber a começar da pormenorização de investimentos de procedimentos plenamente científicos conforme o são os da ciência linguística. Vejamos parte do tópico ao qual estamos fazendo referência:

A gramática de uma língua pode ser histórica e descritiva. Gramática Histórica é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a origem até a época presente. A Gramática Descritiva é a que expõe os fatos da língua atual. A gramática descritiva é prática quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever corretamente; é científica quando procura esclarecer vários fatos à luz da linguagem e da gramática histórica (ALI, 1964, p. 15).

O trabalho de Bechara se inclui no discurso de Política de Língua (norma), isto é, movimento de preceituar um padrão de língua a ser seguido, e no da ciência (linguística). Agustini, ao investigar obras de Bechara, constata que:

(...) o modo como a linguística aparece na gramática é efeito desta conjunção de contraditórios, restringindo-se à introdução e às notas, seja de texto, seja de rodapé, figurando sob o modo de citações diretas ou indiretas. A citação transfere a autoridade do linguista para o dizer da gramática, instituindo a separação das disciplinas, linguística e gramática; mas produzindo uma indistinção entre ciência e gramática. (BECHARA, 2001, p. 121)

Pode-se afirmar que a nomeação de *Moderna Gramática Portuguesa* (1967) formula o argumento do “novo” pela adjetivação “moderna”. A política de língua se forma numa associação com distintas práticas e maneiras de produção de conhecimento, entretanto é verdadeiro que não existe política linguística sem gramática.

Entre o lançamento da 1ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* e da 37ª, foram quase quarenta anos. Nesse ínterim, os estudos linguísticos apresentaram enormes avanços, e Bechara atesta ter acompanhado tal evolução.

Na publicação da 37ª edição de sua gramática, Bechara informou, em novo prefácio, a remodelação dela, deixando claro que essa transformação se originou não somente de sua própria maturação como teórico da linguagem, mas também das críticas que ele recebeu:

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro (BECHARA, 1999, p. 19).

EB deixa explícito aos leitores que, de fato, trata-se de uma nova gramática, pois o professor não realizou apenas uma atualização da obra, mas, sim, a partir de novas fontes teóricas, transformou-a a ponto de consideramos a 37ª edição como uma nova gramática. O autor foge ao padrão de gramática tradicional que lhe era imposto, estabelecendo reflexões acerca da língua e descrevendo fatos gramaticais periódicos na norma culta da língua portuguesa. Eis o que disse EB sobre isso:

Difícilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa [...] (BECHARA, 1999, p. 19).

Também no prefácio de sua gramática EB dedica a nova edição a nomes como Alarcos, Said Ali, Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr. O atual ocupante da cadeira 33 da ABL descreve a língua de maneira a atribuir um viés renovador à sua obra a fim de que sua obra se torne um meio que ofereça ao leitor ferramentas teóricas para a meditação sobre a língua. EB, assim como já fazia na 1ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, segue conectando a gramática a uma teoria linguística:

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa [...]. (BECHARA, 1999, p. 20).

Enquanto EB divide a introdução da primeira versão de sua gramática (1967) em três páginas, desta maneira: “Que é uma língua”, “A língua é um fenômeno cultural”, “Modalidades de uma língua”, “Objeto da Gramática”, “Divisão da Gramática”, “Partes da Gramática” e “Objeto da Estilística”, fá-lo, na segunda versão (1999), em trinta e três páginas, assim: “Breve história externa da língua portuguesa” e “Teoria gramatical”.

Com relação aos autores que aparecem na bibliografia de Bechara, em sua gramática, alguns estão presentes nas duas versões, isto é, naquelas até a reformulação de 1999 (da 1ª até a 36ª edição) e naquelas posteriores à grande transformação da *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª e 38ª edições), como: Said Ali, Mattoso Câmara, Mario Barreto e Epifânio Dias. Já outros só aparecem na segunda versão, tais como Llorach, Coseriu e Herculano de Carvalho.

Quanto ao *corpus* escolhido por EB para sua gramática, é possível perceber que o filólogo se utiliza de exemplos literários. Vejamos o que disse o professor Cavaliere:

[...] o Autor mantém-se fiel a um corpus de língua escrita literária, cuja atualização não ultrapassa a terceira geração do Modernismo. Cabe indagar se a exclusão de autores mais recentes é intencional, no sentido de não abonar estruturas ainda pouco consolidadas, ou resume-se a fato meramente fortuito. (CAVALIERE, 1999, p. 127).

Talvez a formação de um corpus de exemplos que retratassem a norma escrita e falada culta da segunda metade do século XX poderia oferecer à obra de EB mais uniformidade entre teoria e prática dentro de uma perspectiva funcionalista.

Em relação à orientação científica da gramática descritiva, Bechara faz o seguinte comentário em sua obra:

A gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve (daí o ser *descritiva*, por isso não lhe cabe definir) um sistema linguístico em todos os seus aspectos (fonético-fonológico, morfossintático e léxico). Cabe tão somente à gramática descritiva registrar como se diz numa língua funcional. Por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado [...]. (BECHARA, 1999, p. 52).

Já Mattoso Câmara, em relação à função da gramática descritiva, faz a seguinte colocação:

[a] gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. (CÂMARA JÚNIOR, 1970], p. 15).

Há, no entanto, a preocupação de Mattoso em diferenciar a gramática descritiva da normativa, alocando cada uma em seu devido lugar. Eis o que nos diz o filólogo:

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas. (CÂMARA JÚNIOR, 1994 [1970], p. 15).

Tanto Mattoso quanto Bechara sempre defenderam a ideia de que quando tratamos do ensino escolar, é mister tomar por base o que legitima as regras da gramática normativa, uma vez que esta aconselha como se deve falar e escrever, como coloca Mattoso:

A descrição pode tomar para objeto qualquer modalidade linguística, desde a mais popular ou remotamente regional até a mais elaborada, como, por exemplo, a língua da literatura. Importa, apenas, para ser exata e lúcida, concentrar-se no objeto especificamente escolhido.

Quando, porém, a intenção é, antes de tudo, dar uma base à disciplina gramatical no ensino escolar, tem de partir (como se vai fazer aqui) do registro falado e escrito considerado “culto”, ou melhor dito, como adequado para as condições “formais” no sentido inglês do adjetivo. (CÂMARA JÚNIOR, 2002 [1969], p. 12).

Evanildo Bechara, em seu livro intitulado *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, aborda a questão do ensino de língua portuguesa nas escolas e, ademais, da importância de mostrar ao aluno que não existe apenas uma norma. É exatamente isso que o gramático desenvolve nesta obra: quão amplo é o papel do docente de língua materna, pois ele tem de ensinar a gramática da língua, isto é, a base que lhes dará a sustentação no uso dela, mas também revelar a seus alunos que a norma culta não é a única, e que nem sempre ela é a mais adequada em determinados contextos. Logo, o professor possui esta enorme responsabilidade, ou seja, não somente ensinar a gramática da língua, mas também como e quando ela será adequada em certos contextos.

É interessante mencionar que Bechara afirma que o professor de língua materna tem a função de fazer do aluno um poliglota em sua língua, ou seja, que o discente a domine muitíssimo bem. Além disso, o filólogo defende o ensino da gramática normativa, dando a

possibilidade ao falante de optar, no exercício da linguagem, pela linguagem funcional que mais lhe convém à expressão, isto é, que possa haver a adequação linguística.

No início da obra, o gramático aponta três ordens de crises independentes da escola para o problema dos usos da língua oral e escrita. São elas referentes a ordem institucional, universidade e escola. De modo geral, Bechara destaca que o objetivo principal da escola se baseia na formação dos alunos, assim como também no aperfeiçoamento e controle das diversas competências linguísticas do aluno.

O professor, ademais, frisa que a gramática não deve ser confundida com a linguística, uma vez que cada uma possui distintos objetivos. A linguística e disciplinas afins seriam, para Bechara, elementos imprescindíveis à formação do professor de língua portuguesa, mas não se pode querer substituir esse professor pelo de linguística.

A obra *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* possibilita-nos pensar em diversas situações do cotidiano em que a norma a ser utilizada em cada uma delas depende do contexto específico. Assim é o ensino de língua quando simplesmente as regras são enfatizadas, o aluno pode até saber classificar os termos, porém não consegue utilizá-los em diferentes situações comunicativas. O grande mérito de Bechara ao escrever tal obra reside no fato de ele não se referir à língua como algo estático, mas, sim, dinâmico.

Voltando à 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), de acordo com Cavaliere, Bechara soube unir seus conhecimentos de Filologia e de Linguística em prol da pesquisa científica. Observemos o que disse o professor da Universidade Federal Fluminense:

Na tentativa de conferir à gramática um caráter eminentemente descritivo, sem o “ranço” da velha ordem tradicional, alguns textos vêm a lume nas duas últimas décadas do século passado nos moldes de renovado projeto acadêmico, em que se podem identificar pelo menos duas características: a primeira diz respeito às bases teóricas, agora fundadas em modelos diversificados [...]. A rigor, os textos gramaticais dessa nova fase não se esteiam em aparato teórico unitário, dada a possibilidade que tem o gramático de absorver conceitos de paradigmas distintos para melhor elucidar, em sua concepção, os fatos de língua. Por tais motivos, observam-se fundamentos do Estruturalismo e do Funcionalismo cosseriano em Bechara (1999) [...] (CAVALIERE, 2014, p. 20).

Pode-se, então, observar que Bechara nunca foi um gramático inerte; pelo contrário, ele sempre – até os dias de hoje – buscou inovar com qualidade, coerência e precisão para que possa esclarecer os fenômenos da língua. Trata-se de um estudioso incansável das diversas teorias linguísticas, um gramático que se transforma ao passo que a língua se modifica.

10 PANORAMA DA TEORIA SINTÁTICA DE EMILIO ALARCOS LLORACH

O funcionalismo linguístico julga a linguagem sob uma ótica interacional e incorpora as intenções comunicativas dos interlocutores às descrições. Quando abordamos tal conceito de Funcionalismo, inclui-se qualquer concepção científica que tome como ponto de partida o conceito de função, e esta prima sobre a própria natureza material dos elementos. A primeira opção que tem de seguir uma sintaxe funcional no centro da sua teoria será, então, arquitetar uma sintaxe de funções.

Emilio Alarcos Llorach é considerado o pai do funcionalismo espanhol. Sua produção linguística continuará como uma das mais sublimes descrições da língua espanhola. Gutiérrez Ordóñez destaca de Alarcos características como seu volume, variedade, coerência, inovação e repercussão, descreve-o da seguinte maneira:

Emilio Alarcos Llorach ha sido el mejor lingüista español del siglo XX, el filólogo de la lengua española más completo y representativo de esta segunda mitad de centuria, uno de los críticos literarios con más instinto, con más intuición y con más recursos teóricos [...]. Nada en el mundo del lenguaje le ha sido ajeno. Fue pionero en Fonología (Sincrónica y Diacrónica), maestro en el campo de la Morfemática, renovador profundo de la Sintaxis Española, investigador de aspectos de la Filología Romántica, estudioso concienzudo de otras lenguas y dialectos hispánicos (...), conocedor profundo de la Historia de la Lengua en todas sus dimensiones (GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, 2001a. p. 36).

AL foi um revolucionário na gramática espanhola, pois discutiu princípios já assumidos por gerações de gramáticos. Se existe algum linguista no século XX que tenha transformado o panorama linguístico espanhol, esse linguista foi Emilio Alarcos Llorach. Gutiérrez Ordóñez afirmava:

[...] Ya próximo el umbral del milenio, tenemos la perspectiva suficiente para afirmar que su aportación a la Filología Española y, en especial, a la Gramática, constituye el conjunto arquitectónico más sólido, coherente y rico al menos de esta segunda mitad de siglo. También ha sido el más influyente. Sus libros y sus artículos (y en algunos casos afortunados, el magisterio directo) han sido escuela y academia donde nos hemos formado los investigadores que hoy calzamos entre 25 y 60 años (GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, 1994)

O professor espanhol redigiu três obras que foram, certamente, de suma importância para o desenvolvimento dos estudos linguísticos em seu país e também fora dele: *Gramática*

Estructural (1951), *Estudios de Gramática Funcional del español* (1970) e *Gramática de la Lengua Española* (1994).

Por muito tempo, a obra *Estudios de Gramática Funcional del español* (1970) era o único acesso à Sintaxe Funcional do espanhol. Nela era possível encontrar uma reestruturação de alguns assuntos gramaticais. Com o tempo, foram surgindo artigos e monografias, tanto do próprio Alarcos como de seus seguidores, que amplificavam uma parte significativa dessa teoria gramatical. Juliá (2012), em seu artigo intitulado *Notas sobre la sintaxis funcional analítica em España*, comenta o seguinte:

Como es bien conocido, en 1970 Alarcos reúne en su célebre Estudios de gramática funcional del español sus trabajos de la década anterior y podemos decir que firma el acta de nacimiento de un marco gramatical español de corte estructural con la etiqueta de “funcional” que se va a convertir en la gramática estructural y funcional “oficiosamente oficial” en España. De las tres tradiciones estructurales antes vistas, Alarcos se inspira exclusivamente en la continental europea, con particular atención a los procedimientos de la glosemática de Hjelmslev, de carácter formal, renovando la terminología tradicional de las funciones sintácticas, pero no su concepción de valores ligados bilateralmente al verbo, y en ningún caso buscando jerarquizaciones progresivas propias de las gramáticas analíticas. (JIMÉNEZ JULIÁ, 2012, p. 447).

É exatamente em 1994 que AL publica a sua notória *Gramática de la Lengua Española*. A produção desta obra tem início em 1985 a pedido de Dámaso Alonso. Ela é uma gramática voltada ao público médio, isto é, aquele que tenha algumas noções gramaticais, pois tem o objetivo de facilitar o entendimento dos leitores. É uma obra que, ainda que teça usuais observações sobre normas e usos, não descuida de sua posição normativa, que tradicionalmente caracteriza o tratado gramatical da Real Academia. A verdade é que AL, em *Gramática de la lengua española*, abandona muitas ideias contidas em *Gramática Estructural* e também em outras obras escritas por ele.

Alarcos foi leitor de Louis Hjelmslev. Este foi um linguista dinamarquês cujas ideias formaram a base do Círculo Linguístico de Copenhague. Nasceu em uma família de acadêmicos em Copenhague, Praga e Paris. Em 1931, Louis Hjelmslev fundou o *Cercle linguistique de Copenhague*. Em parceria com Hans Jorgen Uldall, ele desenvolveu, dentro da corrente estruturalista, a teoria da Glossemática. Como teoria da linguem, a glossemática é caracterizada por um alto grau de formalismo, isto é, está interessada em descrever as características formais da linguagem e apresenta certo rigor lógico. A teoria nunca teve uma ampla divulgação e influência, mas foi adotada pelos pós-estruturalistas.

O autor de *Gramática Estructural* (1951) coloca-se como uma autêntica ponte científica entre a linguística mais tradicional e a que começava a despontar além das fronteiras espanholas. O propósito inicial de AL era delinear uma glossemática, contudo sabia que o termo poderia provocar certas confusões, já que se tratava de uma novidade. Os pressupostos e teorias da glossemática vão sendo abandonados com o passar dos anos, evoluindo ao que Ordóñez denomina um *funcionalismo mais realista*. Vejamos o que declara acerca da *Gramática Estructural* (1951) Gutiérrez Ordóñez:

La Gramática Estructural constituyó también un acontecimiento de enorme transcendencia. Las teorías de Hjelmslev [...] pasaban prácticamente desapercibidas. Su obra fundamental solo había merecido la atención de A. Martinet, que había publicado una amplia reseña en 1945. El libro de Alarcos presentaba el valor añadido de constituir la primera aplicación de la glosemática a una lengua particular, algo que ni el propio autor danés había efectuado (GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, 2001b, p. 101, grifo do autor)

Com relação a *Gramática de la Lengua Española*, sua obra mais notória e importante, Cristina García González, em seu artigo intitulado *Panorámica y evolución de la teoría sintáctica de Emilio Alarcos Llorach bajo el prisma de sus três obras clave* (2016), diz o seguinte:

Nos encontramos ante una gramática radicalmente diferente. Ya no se trata de estudios parciales o de aproximaciones metodológicas primerizas: la Gramática de la Lengua Española es la obra cumbre de la madurez científica de Alarcos: es la más completa, la más sintética y, además, la más pedagógica. (GARCÍA GONZÁLEZ, 2016, p. 105).

A gramática de AL logra atingir um equilíbrio entre o terreno puramente especializado e aquele de caráter mais pedagógico, deixando de lado disquisições e complicações terminológicas desnecessárias em prol de uma clara vocação didática.

A sintaxe, em *Gramática de la Lengua Española*, é um pilar fundamental da configuração linguística da obra de Llorach. Primeiramente, para que seja possível entender o pensamento de AL acerca da sintaxe, é necessário remeter a dois conceitos prévios: função e categoria. Verifiquemos, então, o que expõe Ordóñez acerca disso:

La complementariedad entre categorías y funciones está en relación con la que media entre Morfología y sintaxis. En la concepción de Alarcos la Morfología o, mejor, Morfemática, es una disciplina de orden paradigmático [...]. La Sintaxis se halla en la otra vertiente, en el estudio de las relaciones combinatorias. Aquí esas mismas magnitudes se contemplan en cuanto contraen funciones sintácticas, es decir, en cuanto se convierten en terminales de relación sintagmática (GONZÁLEZ ORDÓÑEZ, 1994, p. 26, grifo do autor).

De acordo com Ordóñez, AL deixa claro em sua obra que a sintaxe baseia-se nas relações que as palavras estabelecem entre si no enunciado, e isso acontece num eixo sintagmático. Já a morfologia seria de ordem paradigmática.

AL detalha os valores que cada uma das funções sintáticas leva ao enunciado. O filólogo de Salamanca as organiza determinando um critério de maior a menor proximidade ao conteúdo do verbo: *el sujeto léxico, el implemento* (ALARCOS LLORACH, 1977a, p. 59), *el suplemento, el atributo*: (ALARCOS LLORACH, 1977 a, p. 60), *el aditamento*.

Llorach cria novos nomes para estas funções sintáticas a fim de propor uma nova caracterização delas com base em critérios formais. O professor faz a seguinte colocação a respeito do assunto: “Usamos en lugar de los tradicionales estos términos por la ventaja de ser breves y para evitar en lo posible ambigüedades” (ALARCOS LLORACH, 1980, p. 153). Em *Gramática de la lengua española*, especificamente em seu prólogo, o autor diz o seguinte: Tal y como apunta en su prólogo, “no por ceñirnos a las pautas del funcionalismo en la descripción del uso de la lengua española, se emplea una terminología especial” (ALARCOS LLORACH, 1994a, p. 20). Entretanto, isso não é obstáculo para que as descrições das funções sejam realizadas a partir da mais absoluta modernidade linguística vinculada ao funcionalismo de sua segunda etapa. Dessa forma, Alarcos passa a utilizar nomes como: *objeto directo, objeto indirecto, objeto preposicional y adyacente circunstancial*. Observemos as palavras de AL:

en la enumeración de las funciones que los sintagmas [...] desempeñan en las estructuras oracionales como términos adyacentes del núcleo verbal, cito como referencia mi habitual terminología (sujeto léxico, implemento, complemento, suplemento), pero utilizo, convenientemente fijada, la tradicional de objeto directo, indirecto, preposicional, etc. [...]. Es todo ello una concesión a la galería; si bien, por otra parte, lo importante no es la etiqueta, sino la determinación exacta de la noción. (ALARCOS LLORACH, 1993p. 11).

AL (1994a, p. 76), por exemplo, assinala que o sujeito léxico serve para caracterizar a referência pessoal estabelecida pela terminação verbal. Ademais, encontramos o uso do termo *atributo* como uma única função, em vez de fazer referência ao *predicativo*. No campo da sintaxe, é importante destacar a teoria da transposição, a qual é um dos grandes marcos do funcionalismo de Alarcos. Segundo destaca Gutiérrez Ordóñez (2001b, p. 110), “Alarcos toma el concepto de Charles Bally, lo incardina en intuiciones tradicionales y lo desarrolla colateralmente con L. Tesnière”.

Sob a premissa de que os advérbios não seriam nada além de substitutos dos substantivos em função de *aditamento*, AL crê que seria possível equiparar as orações substantivas e adverbiais. Desta forma, observemos as palavras de AL:

las variedades de oración degradada se reducen a dos, según un criterio indiscutible: o que cumplan una de las funciones adyacentes dentro de la oración o que, en cambio, desempeñen un oficio dentro de un grupo unitario (que por su parte actúa en una de las funciones oracionales). Es decir, que solo tenemos I, oraciones sustantivas (susceptibles de funcionar como sujeto, implemento, etc.). II, oraciones adjetivas (susceptibles de integrarse dentro de un grupo sintagmático en la oración). (ALARCOS LLORACH, 1990, p. 36-37).

Llorach, além disso, salienta que, nesse segundo grupo, seria necessário inserir as orações subordinadas comparativas e consecutivas. O filólogo diz que tais orações pressupõem um elemento antecedente, assim como as relativas. AL diz que “las comparativas y las consecutivas no son otra cosa que oraciones degradadas, análogas a las relativas, con la diferencia de que su llamado antecedente es un cuantificador o una unidad cuantificada.” (1994, p. 341) Bechara segue essas ideias em *Moderna Gramática Portuguesa*. Neste sentido, a partir de cinco estruturas diferentes, AL reúne uma listagem de orações adverbiais. Assim, diante de uma classificação semântica prevalecente, o professor espanhol afirma que:

se deduce que es imposible, o poco práctico, unificar en un solo contenido aplicable a muchas sustancias cada uno de los transpositores y cada una de las estructuras inducidas por ellos. En consecuencia, parece oportuno olvidar las clasificaciones semánticas tradicionales y atenernos a formulaciones puramente formales y asépticas que permitan, pero no impliquen como pertinentes, los efectos de sentidos varios producidos. (ALARCOS LLORACH, 1990, p. 41).

Em *Gramática de la lengua española*, o autor tenta construir um equilíbrio entre a sintaxe mais tradicional e sua posição metodológica particular. AL não abdica da teoria da transposição em sua obra, tampouco de seus princípios. Primeiramente, observamos as epígrafes “Oraciones transpuestas sustantivas” e “Oraciones transpuestas adjetivas”, as quais estão relacionadas às orações comparativas e às consecutivas. A epígrafe seguinte é dedicada às adverbiais próprias. Com isso, pode-se concluir, mais por omissão que por presença, que os próximos capítulos são dedicados às *adverbiais impróprias* (causais, finais, concessivas y condicionais).

AL esclarece que “serían propias las degradadas que pueden funcionalmente ser sustituidas por un adverbio, e impropias las que carecen de sustituto adverbial” (1994^a, p. 357), de onde as primeiras seriam aquelas que apresentam noções temporais, locativas e

modais; enquanto as segundas, que fariam alusão a noções de causa, fim, concessão ou condição. É possível observar que não aparecem nesta distinção as orações adverbiais comparativas nem as consecutivas. AL, assim, comenta o seguinte:

El procedimiento de la transposición permite considerar las llamadas oraciones compuestas por subordinación como oraciones simples en las que las funciones adyacentes están desempeñadas por oraciones degradadas o transpuestas en lugar de sintagmas autónomos. [...] No nos hemos atrevido a suprimir toda la terminología de esa índole que se utiliza así desde siempre para designar las diferentes construcciones en que aparecen oraciones degradadas, y así se sigue hablando de comparativas, consecutivas, concesivas, condicionales, etc. Pero se apunta en cada caso lo que se cree (ALARCOS LLORACH, 1993, p. 11).

Voltando à questão que envolve a visão de AL acerca das orações adverbiais comparativas e consecutivas – que, segundo o autor, pressupõem um elemento antecedente –, ele afirma o seguinte no capítulo XXX (*Oraciones Complejas*) de *Gramática de la lengua española*:

Según se ha expuesto, las oraciones de relativo (a no ser que estén sustantivadas) no cumplen ninguna de las funciones adyacentes del núcleo verbal, sino que se insertan dentro de un grupo nominal unitario. Comparten esta característica otros tipos de estructuras oracionales, las llamadas comparativas y consecutivas, las cuales también incluyen una oración degradada. Si en las relativas la oración transpuesta funciona en principio como adjetivo dependiente del antecedente, en las comparativas y las consecutivas tal oración degradada depende de un cuantificador (sea este adverbio o adjetivo). Ninguna de estas tres especies oracionales mantiene relación directa con el verbo nuclear, sino que solo junto con su antecedente desempeña uno de los oficios determinantes del núcleo verbal. (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 340).

AL deixou explícito que as orações comparativas e consecutivas mantêm uma relação de dependência com seu antecedente – que é representado por um quantificador. O filólogo segue sua explicação assim:

*En el ejemplo siguiente:
Se miente más que se engaña (68.II.218),
la oración transpuesta que se engaña depende del adverbio más, y el conjunto que forman (más que se engaña) funciona como adyacente circunstancial del verbo se miente. Igualmente, en este otro caso:
Es meta tan alejada que nadie puede temer alcanzarla (68.II.121),
la oración transpuesta que nadie puede temer alcanzarla determina la cuantificación expresada por el adverbio tan (adyacente de alejada), y el conjunto (tan alejada que nadie puede...) cumple el mismo papel que un adjetivo (por ejemplo, inaccesible) respecto del sustantivo meta (atributo del verbo es).*

El carácter adyacente de la oración transpuesta, tanto en el primer caso comparativo, como en el segundo consecutivo, se revela al considerar que suprimiéndolas el resultado seguiría siendo expresión posible:

Se miente más, Es meta tan alejada (si bien, en este caso, con entonación diferente). En cambio, si se eliminasen las unidades cuantificadoras o cuantificadas, se obtendrían secuencias improbables (Se miente que se engaña) o, de todos modos, con otro sentido (Es meta que nadie puede temer alcanzarla). (ALARCOS LLORACH, 1994, p. 340-341).

Observou-se, portanto, que AL defende a ideia de que as orações comparativas e consecutivas são similares às adjetivas. O que as diferenciaria seria o seu antecedente, que, no caso das adverbiais, seria representado por um quantificador ou uma unidade quantificadora.

Bechara segue as ideias de Llorach em sua gramática quando aborda as orações comparativas e consecutivas. Analisemos o que diz o filólogo brasileiro:

As subordinadas adverbiais do 2.º grupo, integradas pelas comparativas e consecutivas, guardam certa analogia com as adjetivas porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada (adjetivo ou advérbio) e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente. Assim é que em

Janete estuda mais que trabalha,

a oração subordinada *que trabalha* está presa ao advérbio *mais*, e o conjunto *mais que trabalha*, que manifesta uma comparação com o fato anterior, funciona como adjunto adverbial do núcleo verbal *estuda*. (BECHARA, 1999, p. 473).

Ficou evidente, a partir desse trecho retirado de *Moderna Gramática Portuguesa*, que o filólogo brasileiro segue as ideias de Llorach uma vez mais. Observemos, então, para concluir este ponto, como EB continua sua explicação, caminhando de acordo com as lições de AL:

O mesmo ocorre em

Janete é tão aplicada aos estudos que não lhe sobra tempo para o trabalho.

Aqui a oração subordinada *que não lhe sobra tempo para o trabalho*, que manifesta a consequência ou encarecimento do fato anterior, também está presa ao quantificador *tão* que funciona como adjunto adverbial de *aplicada*, e o conjunto *tão aplicada aos estudos que não lhe sobra tempo para o trabalho*, valendo por um adjetivo a modificar o substantivo *Janete*, funciona como predicativo do verbo *é*.

O caráter do adjunto, portanto de termo não argumental, tanto da oração subordinada comparativa quanto da consecutiva, se manifesta pelo fato de se poder eliminar, em cada caso, a oração subordinada, e continuar perfeita a oração anterior:

Janete estuda mais.

Janete é tão aplicada aos estudos.

(BECHARA, 1999, p. 473-474).

CONCLUSÃO

Muitas vezes, imagina-se a tarefa de comparar duas línguas como a de apropriar-se de duas realidades já existentes e passar a perceber suas semelhanças e diferenças. Tal tarefa não se resume apenas nisso, todavia. Cotejar o português e o espanhol – ambas, línguas românicas – é trabalho árduo e minucioso, pois, ainda que tenham a mesma origem, cada idioma tem suas especificidades.

Nosso fito inicial era estabelecer uma confrontação entre a língua de Camões e a de Cervantes, no campo da sintaxe, a partir das ideias de Evanildo Bechara e Emilio Alarcos Llorach. Naturalmente, este trabalho foi tomando forma e se desenhando até chegarmos ao que realmente queríamos: um estudo inédito que teria duas obras como protagonistas – *Moderna Gramática Portuguesa* e *Gramática de la lengua española*.

A partir dessa delimitação, as duas gramáticas supracitadas e seus autores se tornaram os destaques desta pesquisa. Nosso escopo – o qual acreditamos ter alcançado – foi colacionar o pensamento gramatical de Bechara e Llorach no campo da sintaxe – período simples –, verificando os pontos em que o filólogo espanhol influenciou o brasileiro.

Em nossa dissertação, verificamos muitas referências em *Moderna Gramática Portuguesa* a Llorach. Ademais, quando não havia a menção, era visível a similaridade de tratamento dado por Bechara e Llorach a determinados pontos gramaticais. Tudo isso pôde ser constatado a partir de um estudo pormenorizado das duas obras.

Nossos estudos, no entanto, ampliaram-se bastante. Buscamos nos artigos, nas notas de rodapé, nas referências bibliográficas desses autores, além do contato pessoal com o professor Evanildo Bechara. Este foi sempre nossa grande referência e quem nos apresentou a importância de Llorach em sua gramática.

Para enriquecer nosso trabalho, o atual ocupante da cadeira número 33 da Academia Brasileira de Letras nos concedeu, gentilmente, uma entrevista – que se encontra no apêndice desta dissertação –, em dezembro de 2017, na qual fala sobre a influência de Alarcos em sua concepção linguística e, conseqüentemente, em sua gramática.

Analisamos, também, o perfil biográfico de ambos os gramáticos a fundo. Investigamos a formação intelectual básica dos dois – formação filológica. Bechara e Alarcos apresentavam uma sólida base diacrônica. Averiguamos, além disso, outras obras deveras importantes escritas pelos dois estudiosos e a mudança de pensamento deles ao longo do tempo.

A contribuição de Alarcos – a partir de *Gramática de la lengua española* – a Bechara – em *Moderna Gramática Portuguesa* –, então, ficou assaz evidente ao término de nossa pesquisa ao longo desses dois anos e alguns meses – acreditamos nós. Esperamos que este trabalho tenha trazido algo, de fato, novo para os estudos descritivos no âmbito da língua portuguesa. Esta, que é exaltada por Fernando pessoa em *A minha pátria é a língua portuguesa*. Só poderíamos terminar esta dissertação desta forma, deleitando-nos com as palavras do escritor português. Ei-las:

Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. Talvez porque a sensualidade real não tem para mim interesse de nenhuma espécie – nem sequer mental ou de sonho –, transmudou-se-me o desejo para aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros. Estremeço se dizem bem. Tal página de Fialho, tal página de Chateaubriand fazem formigar toda a minha vida em todas as veias, fazem-me raivar tremulamente quieto de um prazer inatingível que estou tendo. Tal página, até de Vieira, na sua fria perfeição de engenharia sintáctica, me faz tremer como um ramo ao vento, num delírio passivo de coisa movida.

Como todos os grandes apaixonados, gosto da delícia da perda de mim, em que o gozo da entrega se sofre inteiramente. E, assim, muitas vezes, escrevo sem querer pensar, num devaneio externo, deixando que as palavras me façam festas, criança menina ao colo delas. São frases sem sentido, decorrendo mórbidas, numa fluidez de água sentida, esquecer-se de ribeiro em que as ondas se misturam e indefinem, tornando-se sempre outras, sucedendo a si mesmas. Assim as ideias, as imagens, trémulas de expressão, passam por mim em cortejos sonoros de sedas esbatidas, onde um luar de ideia bruxuleia, malhado e confuso.

Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. Lembro-me, como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li pela primeira vez numa selecta o passo célebre de Vieira sobre o rei Salomão. “Fabricou Salomão um palácio...” E fui lendo, até ao fim, trémulo, confuso: depois rompi em lágrimas, felizes, como nenhuma felicidade

real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política. E, disse, chorei: hoje, lembrando, ainda choro. Não é – não – a saudade da infância de que não tenho saudades: é a saudade da emoção daquele momento, a mágoa de não poder já ler pela primeira vez aquela grande certeza sinfónica.

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse.

Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha. (PESSOA, 1986, p. 357-358)

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. Moderna gramática portuguesa. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 6, 2001. p. 121.
- ALARCOS LLORACH, Emilio. Apostillas leves a las ponencias. *Español actual - Revista de español vivo*, 61, 1994a. p. 81-86.
- _____. ¿Después de la Gramática?. *Español actual- Revista de español vivo*, 60, 1993. p. 7-12.
- _____. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos. 1970. 257 p.
- _____. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, [Real Academia Española], 1994b. 406 p.
- _____. La noción de suplemento, *Lingüística*, 1.1990a. 16 p.
- _____. Las oraciones degradadas quondam subordinadas. In: *Actas del congreso de la sociedad española de lingüística: (Tenerife, 2-6 de abril de 1990)*, v.1. Madrid, Gredos, 1990b. p. 33-43.
- _____. Lingüística estructural y funcional. In: LAPESA, R. (Ed.). *Comunicación y lenguaje*. Madrid: Karpos, 1977a. p. 47-62.
- _____. Metodología estructural y funcional en lingüística. *Revista española de lingüística*, 7, 2, p. 1-16, 1977b.
- ALI, Manuel Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Ed.da UNB, 1964. 375 p.
- AUROUX, Silvain. *A Revolução da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. 134 p.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009. 142 p.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008. 583 p.
- _____. *Iniciação à sintaxe do português*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 172 p.
- BECHARA, Evanildo. Entrevista concedida a Márcio González Abrantes. Rio de Janeiro, 9 dez. 2017.
- _____. *Curso moderno de português*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v. 2.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Editora Lucema. 2001. 360 p.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1. e 2. graus com base na Nomenclatura gramatical brasileira e no último acordo ortográfico*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. 669 p.

_____. *Moderna gramática portuguesa: curso médio com base na Nomenclatura gramatical brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. 461 p.

_____. *Moderna gramática portuguêsã: curso medio com base na Nomenclatura gramatical brasileira*. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 461 p.

_____. O aluno não vai para a escola para aprender nós pega peixe. Entrevista concebida a Thais Arbex. *Último Segundo*, 2011. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/o-aluno-nao-vai-para-a-escola-para-aprender-nos-pega-o-peixe/n1596951472448.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. *Ensino da gramática: opressão? liberdade?*. 11. ed São Paulo: Ática, 2001. 77 p. (Serie principios, 26).

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História da lingüística*. 4. ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1986. 195 p.

CAVALIERE, Ricardo (Org.). *Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 349 p.

_____. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. 174 p.

_____. A lingüística e a filologia em Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 35/36, p. 193-1992, sem. 2008.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 23. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. 539 p.

GILI GAYA, Samuel. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona: Bibliograf, 1970. 347p.

GARCÍA GONZÁLEZ, Cristina. *Panorámica y evolución de la teoría sintáctica de Emilio Alarcos Llorach bajo el prisma de sus tres obras clave*. León: Universidad de León, 2016. p.101-127.

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. D. Emilio Alarcos, maestro. In: MARTÍNEZ, J. (Coord.). *Homenaje a Emilio Alarcos Llorach*. Madrid: Gredos, 2001a, p. 35-48.

_____. Visualización sintáctica: un nuevo modelo de representación espacial. In: *Actas del IV Coloquio Internacional de Lingüística Funcional*. Oviedo, Universidad de Oviedo, 1978. p. 259-270.

_____. Sobre el principio de articulación en lingüística. *Contextos*, II, 3, 1984. p. 67-79.

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. Sobre las categorías, las clases y la transposición. *Contextos*, III, 5, 1985. p. 75-111.

_____. Principios y magnitudes en el funcionalismo sintáctico de E. Alarcos. *Español actual-Revista de Español Vivo*, 61, 1994. p. 19-36.

_____. *Principios de sintaxis funcional*. Madrid: Arco Libros. 1997. 598 p.

_____. La obra lingüística de Emilio Alarcos Llorach, *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures & Cultures*, 29, 2, 2001b. p. 95-124.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003. 181 p.

_____. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, c2011. 222 p. (Português na prática).

JIMÉNEZ JULIÁ, Tomás. *Notas sobre la sintaxis funcional analítica en España*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. p. 443-455

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997. 553 p.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 402 p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española*. Morfología y sintaxis. Madrid: Espasa, 2009. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ROTEIRO para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2012. 141 p. Disponível em:

<http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=8380p4uh9mp38p1eic6agimue7>. Acesso em: 27 maio 2018.

APÊNDICE

Entrevista realizada com o Professor Dr. Evanildo C. Bechara na Academia Brasileira de Letras em 7 de dezembro de 2017.

1) Em sua Moderna Gramática Portuguesa, o senhor diz o seguinte: *Estivemos também atentos à produção de textos gramaticais destinados a outras línguas, especialmente às românicas, e aí vale ressaltar o contributo dos espanhóis, dos franceses e dos italianos. Desejamos sintetizar nossa homenagem a esses colegas na figura excelsa de Emílio Alarcos Llorach, recentemente falecido.* (1999, p.20). Quando aconteceu seu primeiro contato com a obra de Llorach?

EB) O primeiro contato foi o pessoal. O Alarcos só tinha publicado na Gredos uma reunião de artigos *Estudios de lengua española*, onde há uma sucessão de artigos quase sempre, embora a temática seja variada, mas praticamente o *grosso* pega assuntos sintáticos, que são, incontestavelmente, os campos, principalmente o campo da sintaxe, é o campo em que o Alarcos tem uma colaboração e uma renovação digna de atenção. Então, o meu primeiro contato com a figura do Alarcos foi a figura física, porque fazia eu, na década de 60, um curso de especialização, aproveitando uma promoção do governo espanhol de uma bolsa de estudos, e eu era secretário do Conselho Estadual de Educação, e o Leônidas Sobrino Porto, que fazia parte de uma família que trabalhava muito para a presença do espanhol, da língua espanhola, da literatura de língua espanhola no Brasil, o Leônidas Sobrino Porto indicou o meu nome para candidato a essa bolsa oferecida pelo governo espanhol, e eu consegui a bolsa. E tive a oportunidade de, durante um ano, poder estar na Casa do Brasil, na Espanha, e conviver, principalmente, com o filólogo que é meu amigo e amigo do filólogo espanhol, do Dámaso Alonso, que era o professor Antenor Nascentes, ter mandado uma carta para o Dámaso Alonso pedindo que ele me recebesse como aluno do curso de filologia românica que ele dava lá na universidade. E, realmente, durante um ano, estive em contato não só com o Dámaso Alonso, mas em contato também com o Lapesa e com outros grandes mestres da linguística românica na Espanha e, principalmente, durante as visitas que o Emilio fazia a Madri, ou fazendo conferências, ou examinando teses de candidatos, teses de concurso, monografias, etc. Eu, então, me aproximei do Emilio, e isso me trouxe uma oportunidade muito grande.

Eu, inicialmente, não pude colocar toda essa influência na minha gramática, porque nós estávamos com uma camisa de força para escrever livro didático, que era a Nomenclatura Gramatical Brasileira, que foi oficializada a partir da década de cinquenta, cinquenta e oito, cinquenta e sete, cinquenta e oito, que era uma nomenclatura que não era obrigatória para o magistério, mas que era obrigatória para os livros didáticos. E como a minha gramática se inseria na coleção de livros didáticos, eu tinha de seguir à risca, embora em notas de rodapé ou em notas de página, eu poderia dizer por que eu preferia uma outra orientação às orientações emanadas da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mesmo porque nenhum dos assinantes, eram cinco catedráticos do Colégio Pedro II, quatro em exercício e a presidência com Antenor Nascentes. E nenhum dos cinco catedráticos do Pedro II assinaria *in totum* a gramática, quer dizer, a Nomenclatura. Mas aí o professor Nascentes, como presidente da comissão, adotava o sistema de eleição, e aquela proposta que angariasse o maior número de votos era a proposta que deveria ser oficializada na futura Nomenclatura Gramatical Brasileira. De modo que nenhum dos cinco membros da comissão assinaria totalmente as soluções dadas na Nomenclatura. Mas era a nomenclatura para os livros didáticos e era aquela nomenclatura que o professor teria de aceitar se o aluno que estivesse fazendo prova com ele trouxesse os termos da Nomenclatura Gramatical Brasileira, os termos e os conceitos. Então, para os livros didáticos, a palavra de ordem era a Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Eu estive em contato mais de uma vez com o nosso Emilio, tanto na universidade como numa instituição à parte de cujo nome não me lembro agora, mas onde se realizavam as provas de seleção e as provas de exames das monografias universitárias. E o Alarcos era um nome normalmente indicado para essas mesas examinadoras. Então, neste período, foi um período grande. Quando, com o continuar do tempo, a Nomenclatura, o peso da Nomenclatura, começou a declinar e aí o mesmo livro didático poderia ter liberdade de apresentar uma outra nomenclatura, eu insinuei e, em 1990, a gramática vinha sendo publicada desde 1961, e não tinha passado por uma grande revisão até a década de 90. Foi quando meu filho criou uma editora chamada Lucerna, e, em 1990, eu publiquei uma revisão total daquele texto inicial que havia sido montado com base na Gramática Expositiva de Eduardo Carlos Pereira. Eu escrevi essa gramática porque a Companhia Editora Nacional, que tinha a gramática do Carlos Pereira desde a sua primeira edição de 1909, me pediu que eu fizesse uma revisão da gramática do Carlos Pereira. Então, eu tinha um modelo que me serviu como camisa de força para que a nova gramática da Editora Nacional não destoasse da tradição gramatical inaugurada, com outros livros, inaugurada pela gramática do Eduardo Carlos Pereira.

Então, foi a partir de 1990 que eu tive a liberdade de maior número de novos caminhos no estudo da sintaxe, especialmente do período simples, dos elementos estruturais da oração, dos elementos iniciais, estruturais da oração. Por isso, o Emilio entrou ali inicialmente. Logo depois, algum tempo depois, o Emilio, depois do esboço, que já era uma tentativa da Real Academia, no sentido de atualizar também a plurissecular gramática que a Academia publicava, o Alarcos publicou, então, a sua gramática, logo depois do esboço, parece que dois anos depois, ou quatro anos depois, da publicação do esboço, que já seria uma revisão a cargo de dois grandes filólogos espanhóis, que foram responsáveis pelo esboço. Logo depois disso, o Alarcos publica, não a gramática da Academia, mas uma nova proposta que poderia ser incluída na futura gramática da Real Academia. Então ele publicou a *Gramática de la lengua española*. Foi publicada também pela Espasa Calpe e como volume da Real Academia. Eu já conhecia, como disse, os artigos esparsos de Alarcos em revistas, que depois foram reunidos em um livro publicado pela Gredos, um dos primeiros livros publicados sobre espanhol, publicado pela Editorial Gredos. E, em 1980, eu entrei em contato com um artigo do Alarcos sobre análise sintática nas Atas do Primeiro Simpósio para professores de Língua e Literatura Espanhola. Aqui o Alarcos escreve um longo e didático artigo sobre análise sintática, onde ele apresenta as funções sintáticas com uma nomenclatura totalmente diferente. Então, a partir dessa época, na medida do possível, eu iria introduzindo as ideias do Alarcos a ponto de nessa última edição, ao rever a tábula congratulatória a quem eu dedicava as gramáticas, eu fiz no prefácio uma alusão, e na próxima edição o nome do Alarcos, que estava no prefácio da última edição revista da gramática, passará também para ser incluído entre os autores a quem eu dedico essa nova edição da minha gramática.

2) Qual a importância de Llorach em sua formação intelectual?

EB) A importância maior para mim foi me dar, depois de viver numa época em que você tinha que escrever um livro subordinado a uma nomenclatura, foi a independência do pensar e de apresentar aos colegas alguns novos caminhos para que a descrição linguística do português ficasse mais próxima da exigência do rigor científico. Então, Alarcos me deu, foram dois autores que me deram essa extensão de independência de analisar os fatos linguísticos. O primeiro autor que motivou isso foi Coseriu, Eugenio Coseriu, que eu o conheci na década de 50, aqui no Rio de Janeiro, e depois convivi com ele durante os sucessivos congressos realizados no Rio ou no Brasil a que ele vinha sempre como um nome de prestígio vindo de fora, reelaborando conceitos da teoria linguística, da linguística geral, da

linguística aplicada, da lexicologia, da lexicografia, da lexemática, etc., de modo que o Coseriu foi o primeiro a alertar a necessidade de mudar a conceituação naquilo em que a tradição poderia ser aperfeiçoada. E o segundo autor a me causar isso foi, incontestavelmente, Alarcos. E o resultado é que ele tem que, na próxima edição, entrar nesse grupo de fontes a que eu fui beber as melhores lições.

3) O que significou a *Gramática de la lengua española* para o senhor?

EB) Da primeira à última página, é uma independência do pensar, não porque simplesmente pensa diferente, mas porque apresenta novos caminhos que têm uma fundamentação teórica bastante válida e que nos leva a procurar novas descrições, descrições por outros caminhos. A novidade é tão grande que Alarcos não se limita a trabalhar com a nomenclatura tradicional. Ele usa uma nomenclatura especial, muito especial, que só ele apresenta e que já tem sido objeto de livros elogiando e livros criticando. A própria editora Espasa Calpe tem um livro sobre um dos assuntos tratados, um dos conceitos de teoria gramatical, pelo Alarcos, que vai ser, vamos dizer, confrontada com outras razões, com outros argumentos, de modo que hoje a teoria do Alarcos é uma teoria que já passa por uma crítica, geralmente elogiosa, geralmente uma crítica reverenciosa, ao trabalho do Alarcos. Então o Alarcos se me apresenta como um autor que procura mudar para melhor, não porque ele seja maior, não porque ele seja melhor, mas porque um tipo de investigação, de raciocínio, mais coeso vem abrir maiores luzes para percorrer caminhos diferentes.

4) Qual a relevância das obras escritas por Llorach nos estudos linguísticos de modo geral?

EB) Eu acho justamente que a grande tarefa, ou melhor, a grande lição que o Alarcos nos dá é de um pensador. Ele não é um indivíduo que aceita sem maior exame, sem um exame mais detento das coisas, mais atento das coisas. Mas o Alarcos é um indivíduo que, da primeira página da sua gramática à última, dá sempre uma visão de diferente de algum fato a que ele põe todas as razões por que segue aquele caminho. E as razões não são de ordem puramente pessoais, são razões fundadas num raciocínio lógico, num critério científico e num embasamento teórico realmente fundamental. Basta dizer que ele passou por mais de uma escola linguística, chegou a escrever, como você citou, a sua Gramática Estructural e acabou chegando mais próximo de uma tradição vista por outro ângulo e por outros horizontes.

5) Quais foram as outras obras de Llorach que chamaram sua atenção e contribuíram para sua formação linguística?

EB) Ele (Alarcos) tem trabalhos de literatura, tem trabalhos de estudos literários fora da Espasa Calpe, mas, como eu me cingi ao aspecto linguístico, os seus artigos reunidos nos estudos, que é um volume publicado pelo Espasa Calpe, logo depois, seguido da gramática da Real Academia, esses, a meu ver, são os trabalhos básicos. Em 1980, saiu a primeira edição das Atas do Primeiro Simpósio para professores de Língua e Literatura Espanhola. Aqui o Alarcos já chama a atenção para a sua nova visão, a nova visão que ele apresenta dos termos da oração, que nós chamamos aqui “os termos da oração” e dando até nomes diferentes: ele não usa objeto direto nem objeto indireto, ele usa uma nomenclatura especial, que não é seguida nas gramáticas tradicionais. Não sei qual será a solução teórica da Real Academia no sentido de fazer uma nova edição revista da sua gramática acadêmica, mas aqui, na gramática e nos estudos esparsos do Alarcos, nós temos, incontestavelmente, a configuração de uma visão doutrinária, unitária, científica e capaz de trazer subsídios para o *status quo* em que vive a Nomenclatura Gramatical de um modo geral nas gramáticas escolares.

6) Llorach diz, em sua *Gramática de la lengua española*, o seguinte: *Sin lugar a dudas una gramática es un tratado en que se discuten y establecen ordenadamente ciertos hechos, para lo cual es requisito indispensable manejar una mínima nomenclatura*. Qual a real importância de uma gramática?

EB) Em primeiro lugar, gramática é um termo que tem uma amplitude de visões. Quando você começa a perguntar sobre isso, você está fazendo referência à gramática descritiva ou à gramática científica, isto é, à gramática sem preocupações normativas. E é curioso que, embora haja essa diferença entre uma gramática normativa, que tem que dar conta dos usos padrões da língua, principalmente escrita, mas também falada, existe uma gramática científica, cuja preocupação inicial não é com o certo e o errado, mas com uma descrição científica validada pelo uso da língua. Então, nesse sentido, a gramática é um trabalho fundamental. E o Alarcos, curiosamente, não é daqueles que estabelecem uma fronteira incomunicável dessas duas gramáticas; ele acha que uma boa gramática, ou uma descrição econômica e científica, pode ajudar o ensino de uma língua, pode facilitar ao aluno o ensino de uma língua. E é justamente nessa perspectiva que me encanta a obra do Alarcos e é nessa

perspectiva que eu acho que as minhas futuras edições da minha gramática vão ter benefícios com a introdução de algumas lições do nosso Alarcos.

7) Qual a importância das nomenclaturas para a descrição de uma língua?

EB) Olha, um grande linguista austríaco, um grande linguista do final do século XIX, início do XX, Hugo Uchoa, que foi uma das grandes fontes, hoje lá na Fluminense, eu mostrei que uma das grandes fontes de referência do Serafim da Silva Neto foi o Hugo Uchoa, que escreveu ainda jovem um trabalho sobre latim vulgar e que influenciou o Serafim da Silva Neto para escrever, antes dos 22 anos de idade, uma edição crítica, do Appendix Probi, que, como nós sabemos, é uma coletânea de usos comuns que passam a ser confrontados com o uso padrão. Então, o Uchoa dizia: “A nomenclatura para a ciência está como os faróis para os navegantes”, isto é, os faróis evitam que os navegantes naufraguem as suas embarcações, batendo nas dificuldades das pedras escondidas debaixo d’água. Assim também uma nomenclatura defeituosa, uma nomenclatura não racional, conduz, naturalmente, a conclusões erradas para quem faz um estudo científico.

8) O senhor faz referência a AL na parte em que aborda os enunciados. O senhor diz:

Apesar de tão variadas formas por que se apresentam os enunciados, há traços comuns que devem ser ressaltados [AL.1, 256]:

- a) são mensagens completas e de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte;*
- b) são unidades sequenciais delimitadas por um silêncio precedente a ele e uma pausa final;*
- c) são proferidos com um contorno melódico particular.*

(BECHARA, 1999: p. 406-407)

O senhor poderia dissertar sobre esse ponto a partir das ideias de Llorach?

EB) Ele parte de um princípio fundamental de que a linguagem é, antes de tudo, um veículo de comunicação. Então, o enunciado, quer dizer, a maneira ou o assunto que vai constituir o objeto da construção de uma frase deve ser um fundamental para que se chegue a uma boa descrição científica da gramática, de modo que o Alarcos começa exatamente pelo início desse mistério extraordinário que é a linguagem humana.

9) Llorach diz, em sua gramática, que, “*entre los enunciados, existe un tipo especial conocido con el término de oración. Uno de sus componentes, la palabra que se llama verbo (o sintagma verbal), contiene dos unidades significativas entre las cuales se establece la relación predicativa: el sujeto y el predicado. No obstante, o único constituyente inerente ao enunciado classificado como oracional é o verbo*”. (BECHARA, 1999) Qual foi a contribuição de Llorach no tratamento do verbo no campo sintático?

EB) Porque, realmente, é isso. Do ponto de vista do enunciado, o elemento fundamental é o verbo, porque é justamente o verbo que vai estruturar, de acordo com o que o falante quer transmitir, ele vai colocar em cena os outros personagens da história. Se o verbo é um verbo que pede sujeito, é um verbo pessoal, então há de aparecer o sujeito, ou expresso por um índice verbal, por um substantivo, ou por um pronome ou por uma desinência verbal, mas aparece um sujeito. Depois, se esse verbo tem repercussão fora de si, aí você vai ter os complementos verbais: o objeto direto, o objeto indireto, o complemento chamado complemento relativo. E depois vêm os adjuntos, que são elementos não importantes para aquela estrutura inicial do predicado, mas são adjacentes que se acrescentam para a melhor explicitação do pensamento.

10) O senhor, assim como Llorach, diz que não há a necessidade de que se classifiquem os predicados (em nominal, verbal e verbo-nominal). Poderia falar um pouco sobre esse tema?

EB) Nesse ponto, não só do Alarcos, mas também dos linguistas franceses, com especial atenção de um grande estudioso da linguística geral francesa, que é o ... agora pros nomes a memória já não está tão pronta. Mas ambos, Llorach de um lado e esse sintaticista teórico francês. Morreu há pouco tempo, e é um autor, um dos teóricos de grande profundidade, um indo-europeísta de primeira grandeza, chama a atenção para isso, o núcleo do enunciado é o verbo, é o verbo pelo seu significado que vai fazer explodir o aparecimento dos outros termos, quer termos essenciais, ligados à sua significação verbal, quer os termos acessórios, que vêm contribuir com a ideia de um advérbio de lugar, de companhia, um advérbio de tempo, etc., etc., de modo que foi nesses dois grandes cientistas que eu me apoiei para defender a tese de que ... porque aí houve uma mudança na concepção filosófica dos antigos, havia uma ideia de que tudo no mundo era presidido por um deus, havia o deus do amor, o deus da guerra, o deus do mar, o deus do comércio, o deus da história, etc., etc. Então era um deus o condutor

daquilo tudo. Então, isso é uma visão cosmogônica, é uma visão individualista. Já o filólogo examina não essa relação com essa cosmologia natural, mas com a própria estrutura, o próprio significado do verbo, e, nesse sentido, o verbo é o elemento fundamental, quer ele seja um verbo que entre na nomenclatura dos verbos nominais, daqueles que se acompanham de predicativo, quer os verbos de ação, de movimento, etc., quer os verbos intransitivos, que não pedem complemento nenhum para integrar a sua significação.